

# Diário do Legislativo de 23/12/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATA

## ATA

Ata da 15ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE REDAÇÃO na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/12/2009

Às 20h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Mauri Torres e João Leite (substituindo o Deputado Ronaldo Magalhães, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Eros Biondini. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 262 e 900/2007, 2.935 e 3.429/2009 (Deputado Mauri Torres); e 3.854, 3.864, 3.899 e 3.950/2009 (Deputado João Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 262 e 900/2007, 2.935 e 3.429/2009; 3.854, 3.864, 3.899 e 3.950/2009. A Presidência suspende os trabalhos. Reabertos os trabalhos com a presença da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Eros Biondini. A Presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 56/2009 e designa o Deputado Dalmo Ribeiro Silva como relator da matéria. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 56/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária de amanhã, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2009.

Lafayette de Andrada, Presidente - Juninho Araújo - Luiz Humberto Carneiro.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.808/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.808/2009, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 –, foi aprovado em turno único com as Emendas nºs 108, 166 a 168, 170, 171, 176, 179, 180, 183, 184, 188, 189, 191, 192, 198, 199, 201, 204, 206, 207, 213, 215, 218 a 222, 224 a 227, 230, 231, 233, 234, 236, 240, 241, 245, 256 a 258 e 260 a 316; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 16, 24, 40, 44, 51, 77, 78, 82, 83, 95, 97, 110, 120, 134, 147, 164, 165, 169, 173, 174, 177, 182, 185 a 187, 190, 193, 195 a 197, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 211, 212, 216, 217, 223, 228, 232, 235, 237 a 239, 242 a 244, 246, 251 a 253, e com as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 175 e 194.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 –, para o exercício de 2010.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008-2011 –, para o exercício de 2010, conforme dispõe o art. 7º da Lei nº 17.347, de 16 de janeiro de 2008.

Art. 2º – Integram esta lei os Anexos I, II, III e IV, nos seguintes termos:

I – o Anexo I contém os programas e as ações da administração pública organizados pelas áreas de resultados definidas na Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, evidenciando os programas estruturadores, os programas associados e os programas especiais;

II – o Anexo II contém os programas e as ações da administração pública estadual organizados por setor de governo, evidenciando os programas estruturadores, os programas associados e os programas especiais;

III – o Anexo III contém o demonstrativo dos programas e ações incluídos e excluídos, com a exposição sucinta dos motivos que justificam a alteração;

IV – o Anexo IV contém as alterações introduzidas no âmbito do Poder Legislativo a serem incorporadas pelo Poder Executivo ao texto dos Anexos I e II desta lei.

§ 1º – Os Anexos I e II desta lei atualizam os Anexos I e II da Lei nº 17.347, de 2008, contendo as respectivas inclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas em programas, indicadores, ações e demais atributos.

§ 2º – Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 17.347, de 2008, os demonstrativos de que tratam os incisos I e II deste artigo adotam uma perspectiva de planejamento de quatro anos, especialmente no que diz respeito aos valores físicos e financeiros das ações como referência permanente para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º – Os programas estruturadores contidos no Anexo I desta lei atualizam, no âmbito do Poder Executivo, o Anexo de Prioridades e Metas para o exercício de 2010 a que se refere o art. 2º da Lei nº 18.313, de 6 de agosto de 2009.

Art. 3º – Os Poderes Legislativo e Executivo efetuarão os ajustes necessários à compatibilização do planejamento para o exercício de 2010 contido na revisão do PPAG 2008-2011 e na Lei Orçamentária para o mesmo exercício.

Art. 4º – Serão realizadas em 2010, no âmbito do Poder Legislativo, audiências públicas de avaliação dos resultados alcançados pelos programas estruturadores.

Art. 5º – O processo de revisão anual do PPAG incluirá cursos prévios de capacitação em planejamento e orçamento para os participantes das audiências públicas regionalizadas, organizados pela Assembleia Legislativa do Estado em parceria com órgãos e entidades do Poder Executivo.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2009.

Lafayette de Andrada, Presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - João Leite.

#### ANEXO IV

(a que se refere o inciso IV do art. 2º da Lei nº , de de de )

ÁREA DE RESULTADO: DEFESA SOCIAL

1 –

Programa: 004 – ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ação nova: .... – OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade Orçamentária: 1451 – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Finalidade: Oferecer educação básica adequada aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Produto: ALUNO ATENDIDO

Unidade de medida: ALUNO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	10.544	54.100	10.544	54.100

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 54.100,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

2 -

Programa: 004 – ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ação: 1205 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	3	28.675.000	0	0
Noroeste de Minas	1	10.000	1	9.000.000
Rio Doce	1	1.000	1	9.000.000
Sul de Minas	1	10.000	1	9.000.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 31.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

3 -

Programa: 004 – ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ação: 4362 – APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	200	323.600	200	338.600
Estadual	1.000	515.150	1.300	615.150
Mata	60	100.000	60	105.000
Norte de Minas	80	102.250	80	107.250
Rio Doce	60	100.000	60	105.000
Sul de Minas	80	112.000	80	117.000

Triângulo	120	147.000	120	152.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

4 –

Programa: 020 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: 1081 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL (SETOP)

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	300	0	0	0
Centro-Oeste	300	7.934.000	0	0
Estadual	0	44.900.000	600	33.333.000
Jequitinhonha / Mucuri	0	100.000	300	16.667.000
Norte de Minas	0	3.978.000	0	0
Triângulo	300	0	0	0

5 –

Programa: 020 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: 1191 – CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DOS CONDENADOS EM REGIME EXTERNO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	682	3.000.000	682	3.000.000
Estadual	0	0	1.474	10.858.914

6 –

Programa: 020 – EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: 1282 – CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE COGESTÃO OU GESTÃO INDIRETA DE UNIDADES DE CUSTÓDIA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	150	608.000	200	635.360
Centro-Oeste	30	152.000	40	158.840
Mata	90	456.000	120	476.520
Sul de Minas	30	154.000	40	160.930

7 -

Programa: 020 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: 1325 - CONTRATAÇÃO DE CONSTRUÇÃO E GERENCIAMENTO DE UNIDADES PRISIONAIS VIA PPP

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	10.000	3.040	57.563.677

8 -

Programa: 020 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: 4281 - INCENTIVO À AMPLIAÇÃO DO SISTEMA APAC

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	84	1.000.000	84	1.045.000
Central	339	3.760.000	396	3.929.200
Centro-Oeste	271	2.640.000	316	2.758.800
Mata	175	1.930.000	204	2.016.850
Noroeste de Minas	84	440.000	98	459.800
Norte de Minas	77	1.320.000	90	1.379.400
Rio Doce	49	1.320.000	57	1.379.400
Sul de Minas	197	2.760.000	230	2.884.200
Triângulo	224	2.880.000	261	3.009.600

--	--	--	--	--

9 –

Programa: 021 – GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ação: 1034 – DISSEMINAÇÃO DE ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (PM)

Mudança de produto para: MUNICÍPIO COM SISTEMA DE INFORMAÇÃO ACESSADO

Mudança de unidade de medida para: MUNICÍPIO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	15	216.305	18	235.603
Central	82	1.182.467	111	1.452.880
Centro-Oeste	43	620.074	56	732.984
Estadual	165	2.379.355	162	2.120.419
Jequitinhonha / Mucuri	63	908.481	66	863.874
Mata	40	576.813	56	732.984
Noroeste de Minas	17	245.146	19	248.691
Norte de Minas	27	389.349	28	366.492
Rio Doce	33	475.871	45	589.005
Sul de Minas	125	1.802.542	155	2.028.796
Triângulo	45	648.915	48	628.272

10 –

Programa: 021 – GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ação: 1037 – MODERNIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DE UNIDADES OPERACIONAIS QUE COMPÕEM AS ÁREAS INTEGRADAS (CBM)

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	0	0	1	2.764.599
Jequitinhonha / Mucuri	1	50.000	1	50.000

Norte de Minas	1	2.545.550	1	2.545.550
Triângulo	1	50.000	1	50.000

11 -

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ação: 4023 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DO SIDS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	23	13.171.132	10	13.763.832

12 -

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ação: 4048 - INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA - IGESP

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	12	55.266	31	93.922
Central	126	580.280	158	478.703
Centro-Oeste	56	257.902	56	169.667
Jequitinhonha / Mucuri	66	303.956	66	199.964
Mata	56	257.902	142	430.226
Noroeste de Minas	19	87.503	19	57.566
Norte de Minas	89	409.880	89	269.649
Rio Doce	78	359.221	102	309.036
Sul de Minas	0	0	155	469.613
Triângulo	35	161.189	35	106.042

13 -

Programa: 021 - GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ação: 4085 – DISSEMINAÇÃO DE ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (PC)

Mudança de produto para: MUNICÍPIO COM SISTEMA DE INFORMAÇÃO ACESSADO

Mudança de unidade de medida para: MUNICÍPIO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	8	192.511	8	314.606
Central	33	794.103	33	1.297.753
Centro-Oeste	26	625.657	26	1.022.472
Estadual	59	1.419.761	59	2.320.225
Jequitinhonha / Mucuri	16	385.020	16	629.213
Mata	12	288.765	12	471.910
Noroeste de Minas	8	192.510	8	314.607
Norte de Minas	6	144.382	6	235.955
Rio Doce	11	264.701	11	432.584
Sul de Minas	66	1.588.207	66	2.595.506
Triângulo	22	529.402	22	865.169

14 –

Programa: 021 – GESTÃO INTEGRADA DE AÇÕES E INFORMAÇÕES DE DEFESA SOCIAL

Ação: 4086 – DISSEMINAÇÃO DE ACESSO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (CBM)

Mudança de produto para: MUNICÍPIO COM SISTEMA DE INFORMAÇÃO ACESSADO

Mudança de unidade de medida para: MUNICÍPIO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	14	576.936	14	228.571
Central	4	164.839	4	65.306
Centro-Oeste	10	412.099	10	163.265



Estadual	0	0	2	232.653
Jequitinhonha / Mucuri	5	206.049	5	81.633
Mata	1	41.210	1	16.327
Noroeste de Minas	3	123.630	3	48.980
Norte de Minas	3	123.630	3	48.980
Rio Doce	1	41.210	1	16.327
Sul de Minas	3	123.630	3	48.980
Triângulo	3	123.630	3	48.980

15 -

Programa: 034 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

Ação: 1188 - DEFESA DOS PRESOS PROVISÓRIOS DE BELO HORIZONTE

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	450	400.000	1.350	418.000

16 -

Programa: 141 - POLÍCIA OSTENSIVA

Ação: 4232 - POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	204.613	2.154.282	222.961	2.116.637
Central	2.510.349	26.430.419	2.786.291	26.451.151
Centro-Oeste	430.356	4.531.039	487.776	4.630.616
Jequitinhonha / Mucuri	139.796	1.471.851	150.883	1.432.384
Mata	619.281	6.520.151	683.503	6.488.717

Noroeste de Minas	113.351	1.193.425	125.656	1.192.918
Norte de Minas	217.819	2.293.322	235.652	2.237.117
Rio Doce	474.442	4.995.200	547.484	5.197.440
Sul de Minas	839.921	8.843.175	924.868	8.780.067
Triângulo	519.130	5.465.708	509.993	4.841.525

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

17 –

Programa: 189 – PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Ação: 1329 – CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO FÍSICA DE GRANDE PORTE DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	11.000	0	0
Mata	1	10.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 11.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÁREA DE RESULTADO: DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS, JEQUITINHONHA, MUCURI E RIO DOCE

18 –

Programa: 039 – PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E INSERÇÃO REGIONAL (INCLUSIVE AGRONEGÓCIO)

Ação: 1166 – PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS ZPES MINEIRAS

Mudança de nome para: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ZPE DE TEÓFILO OTONI

Mudança de finalidade para: Desenvolver as áreas de influência da ZPE de Teófilo Otoni.

19 –

Programa: 039 – PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E INSERÇÃO REGIONAL (INCLUSIVE AGRONEGÓCIO)

Ação: 4175 – FUNDESE GERAMINAS

Transferência da Ação 4175 para o Programa 040 – PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

20 –

Programa: 039 – PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E INSERÇÃO REGIONAL (INCLUSIVE AGRONEGÓCIO)

Ação: 4186 – FUNDESE EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA

Transferência da Ação 4186 para o Programa 040 – PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS

CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

21 -

Programa: 039 - PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E INSERÇÃO REGIONAL (INCLUSIVE AGRONEGÓCIO)

Ação: 4390 - FUNDESE BASE TECNOLÓGICA

Transferência da Ação 4390 para o Programa 040 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

22 -

Programa: 059 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Ação: 1367 - INFRAESTRUTURA DE APOIO TECNOLÓGICO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	628.333	0	0
Jequitinhonha / Mucuri	1	628.334	1	4.000.000
Norte de Minas	1	628.333	0	0

23 -

Programa: 059 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Ação: 1375 - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	20	480.400	0	0
Estadual	0	0	0	0
Jequitinhonha / Mucuri	40	960.800	100	2.100.000
Norte de Minas	40	960.800	100	2.100.000

24 -

Programa: 059 - CONVIVÊNCIA COM A SECA E INCLUSÃO PRODUTIVA

Ação: 1398 - CENTRO INTEGRADO DE CONVIVÊNCIA COM A SECA

Mudança de finalidade para: Apoiar a implantação e o funcionamento do Centro Integrado de Convivência com a Seca.

ÁREA DE RESULTADO: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

25 -

Programa: 019 – ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Ação: 4034 – AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Mudança de nome para: AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Mudança de finalidade para: Oferecer alimentação escolar nas escolas de tempo integral, suprindo-se as necessidades nutricionais diárias dos alunos por meio da garantia de, no mínimo, três refeições durante o período de permanência do aluno na escola.

Mudança de produto para: ALUNO BENEFICIADO COM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

26 –

Programa: 030 – NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 1024 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: Melhorar a infraestrutura física das escolas de ensino fundamental, inclusive das escolas rurais, por meio da implantação de padrões básicos de rede física, mobiliário, equipamentos, recursos didáticos e pedagógicos, dotando as escolas de refeitórios e instalações sanitárias adequadas, de equipamentos e utensílios para as cozinhas, de bibliotecas com acervo adequado e atualizado e efetuando as adaptações físicas necessárias à promoção da acessibilidade dos alunos com deficiência, procedendo-se a consulta prévia aos colegiados escolares para definição das demandas.

27 –

Programa: 030 – NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 1109 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ESCOLARES - ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: Melhorar a infraestrutura física das escolas de ensino médio, inclusive das escolas rurais, por meio da implantação de padrões básicos de rede física, mobiliário, equipamentos, recursos didáticos e pedagógicos, dotando as escolas de refeitórios e instalações sanitárias adequadas, de equipamentos e utensílios para as cozinhas, de bibliotecas com acervo adequado e atualizado e efetuando as adaptações físicas necessárias à promoção da acessibilidade dos alunos com deficiência, procedendo-se a consulta prévia aos colegiados escolares para definição das demandas.

28 –

Programa: 030 – NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 1372 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS ESCOLAS RURAIS

Mudança de finalidade para: Melhorar a infraestrutura das escolas com menos de 65 alunos localizadas na zona rural e promover o desenvolvimento da educação das escolas rurais, com base nas especificidades da sua organização escolar e curricular, procedendo-se a consulta prévia aos colegiados escolares para definição das demandas.

29 –

Programa: 030 – NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4452 – ESCOLA EM REDE - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: Propiciar às escolas do sistema educacional de ensino fundamental oportunidades e condições de atuação de forma mais articulada e cooperativa por meio da cultura do trabalho em rede e da incorporação das novas tecnologias da informação às suas atividades educativas e administrativas, garantindo-se aos professores e técnicos escolares a qualificação necessária para a utilização das tecnologias de informação e comunicação – TICs.

30 –

Programa: 030 – NOVOS PADRÕES DE GESTÃO E ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ação: 4476 – ESCOLA EM REDE - ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: Propiciar às escolas do sistema educacional de ensino médio oportunidades e condições de atuação de forma mais articulada e cooperativa por meio da cultura do trabalho em rede e da incorporação das novas tecnologias da informação às suas atividades educativas e administrativas, garantindo-se aos professores e técnicos escolares a qualificação necessária para a utilização das tecnologias de informação e comunicação – TICs.

31 –

Programa: 232 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Ação nova: .... – ATENDIMENTO A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Repassar recursos financeiros para apoio às escolas família agrícola conforme a modalidade ensino fundamental em tempo integral do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Produto: ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL BENEFICIADO

Unidade de medida: ALUNO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	332	587.238	332	587.238
Mata	342	604.926	342	604.926

Cancelamentos compensatórios:

Valor (R\$): 1.119.648,00 – Programa: 232 - ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA – Ação: 4587 - ATENDIMENTO A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Valor (R\$): 72.516,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

32 –

Programa: 232 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Ação nova: .... – ATENDIMENTO A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA - ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Unidade Orçamentária: 1261 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Repassar recursos financeiros para apoio às escolas família agrícola conforme a modalidade ensino médio integrado à educação profissional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Produto: ALUNO DO ENSINO MÉDIO BENEFICIADO

Unidade de medida: ALUNO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	84	154.521	84	154.521
Mata	133	244.659	133	244.659
Noroeste de Minas	94	172.917	94	172.917
Norte de Minas	398	732.137	398	732.137
Sul de Minas	67	123.249	67	123.249

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.427.483,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

33 –

Programa: 232 – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Ação: 4587 – ATENDIMENTO A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Mudança de nome para: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS FAMÍLIA AGRÍCOLA

Mudança de finalidade para: Repassar recursos financeiros às escolas família agrícola para subsidiar a execução de obras de infraestrutura.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	1	25.359	1	25.359
Mata	6	152.139	6	152.139
Noroeste de Minas	1	25.358	1	25.358
Norte de Minas	6	152.139	6	152.139
Sul de Minas	1	25.358	1	25.358

34 -

Programa: 234 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Ação nova: .... - CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Capacitar os profissionais envolvidos na execução do Programa de Alimentação Escolar na rede estadual, com a colaboração de nutricionistas e técnicos de nutrição e dietética.

Produto: ESCOLA ATENDIDA

Unidade de medida: ESCOLA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	3.594	250.000	3.594	250.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 250.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

35 -

Programa: 234 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Ação: 2101 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Mudança de produto para: ALUNO BENEFICIADO COM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

36 -

Programa: 240 - ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL

Ação: 4190 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	279	128.898	279	128.898
Central	2.300	1.065.847	2.300	1.065.847
Centro-Oeste	238	109.956	238	109.956
Jequitinhonha / Mucuri	22	10.164	22	10.164
Mata	134	61.908	134	61.908
Noroeste de Minas	244	112.728	244	112.728
Norte de Minas	233	107.646	233	107.646
Rio Doce	238	109.956	238	109.956
Sul de Minas	1.666	769.692	1.666	769.692
Triângulo	311	143.682	311	143.682

ÁREA DE RESULTADO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E QUALIDADE

37 –

Programa: 042 – REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

Ação nova: .... – IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Unidade Orçamentária: 1221 – SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Finalidade: Implementar cursos de qualificação profissional, preferencialmente voltados para as cadeias produtivas locais e necessidades identificadas no mercado de trabalho das regiões onde estão localizados os CVTs.

Produto: CURSO OFERTADO

Unidade de medida: CURSO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	40	100.000	40	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

38 –

Programa: 042 – REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

Ação nova: .... – IMPLANTAÇÃO DE MODELO DE GESTÃO NOS CVTS DA REDE FORMAÇÃO PROFISSIONAL LOCAL

Unidade Orçamentária: 1221 – SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Finalidade: Implementar os fundamentos e critérios de excelência disseminados pelo Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade – PMQP – como balizadores das ações gerenciais a serem promovidas pelos CVTs, bem como o gerenciamento de indicadores prioritários.

Produto: CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO COM MODELO DE GESTÃO IMPLEMENTADO

Unidade de medida: CENTRO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	29	10.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

39 –

Programa: 042 – REDE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIENTADA PELO MERCADO

Ação: 1391 – OPERACIONALIZAÇÃO DE CVTS E TELECENTROS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	7	0	7	0
Central	72	0	72	0
Centro-Oeste	27	0	27	0
Estadual	2	17.980.000	72	22.000.000
Jequitinhonha / Mucuri	47	0	47	0
Mata	39	0	39	0
Noroeste de Minas	8	0	8	0
Norte de Minas	59	0	59	0
Rio Doce	37	0	37	0
Sul de Minas	74	0	74	0
Triângulo	15	0	15	0

40 –

Programa: 043 – REDE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA



Ação: 1202 – APOIO AOS PROJETOS DE CARÁTER ESTRUTURANTE DO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0	0	0
Central	1	0	0	0
Estadual	0	15.000	0	0
Mata	1	500.000	0	0
Norte de Minas	0	0	0	0
Sul de Minas	1	0	0	0
Triângulo	0	0	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

41 –

Programa: 140 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: 1328 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES E DOS "CAMPI" DA UEMG

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Mata	1	1.000	0	0
Triângulo	3	18.898.103	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

42 –

Programa: 140 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: 2056 – DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS - HIDROEX

Exclusão da Ação 2056

Acréscimo compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

43 -

Programa: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: 4244 - BOLSAS A ALUNOS CARENTES DAS FUNDAÇÕES ASSOCIADAS À UEMG - PROUEMG

Mudança de unidade orçamentária para: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

44 -

Programa: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: 4249 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - PAEX

Mudança de unidade orçamentária para: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

45 -

Programa: 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG

Ação: 4250 - APOIO A PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA - PAPQ

Mudança de unidade orçamentária para: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

46 -

Programa: 242 - SUPERVISÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Ação nova: .... - APOIO A IMPLANTAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PÚBLICA EM GOVERNADOR VALADARES

Unidade Orçamentária: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Finalidade: Proporcionar à população da região acesso ao ensino superior público, o que contribuiria para o desenvolvimento regional.

Produto: UNIVERSIDADE IMPLANTADA

Unidade de medida: UNIVERSIDADE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Rio Doce	1	1.000	1	1.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÁREA DE RESULTADO: INVESTIMENTO E VALOR AGREGADO DA PRODUÇÃO

47 -

Programa: 040 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

Ação: 1339 - CONTINUAÇÃO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO INDI PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Mudança de produto para: NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: NÚCLEO

48 -

Programa: 040 - PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DAS EMPRESAS-ÂNCORAS

Ação: 4655 - CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE NÚCLEOS DE INTELIGÊNCIA PARA COORDENAR O PROCESSO DE ADENSAMENTO DAS CADEIAS

PRODUTIVAS JÁ EXISTENTES E ATRAÇÃO DE ELOS FALT

Mudança de nome para: CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE NÚCLEOS DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

Mudança de produto para: NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA CONSOLIDADO

Mudança de unidade de medida para: NÚCLEO

49 –

Programa: 195 – CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM

Ação: 4472 – AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA CADEIAS PRODUTIVAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	500.000	1	500.000
Estadual	8	220.000	8	330.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÁREA DE RESULTADO: LOGÍSTICA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

50 –

Programa: 038 – PROMG PLENO - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ação: 1076 – RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0	966	21.048.372
Central	1.857	41.645.731	1.857	40.462.552
Centro-Oeste	895	16.869.383	895	19.501.338
Mata	2.020	31.021.301	2.020	44.014.193
Rio Doce	518	14.610.975	518	11.286.808
Sul de Minas	1.793	41.520.692	1.793	39.068.044
Triângulo	887	22.842.630	1.372	29.894.789

51 –

Programa: 038 – PROMG PLENO - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ação: 4130 – MANUTENÇÃO DE RODOVIAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0	966	2.654.426
Central	1.857	24.286.254	1.857	5.102.761
Centro-Oeste	895	10.470.951	895	2.459.328
Mata	2.020	23.608.972	2.020	5.550.662
Rio Doce	0	0	518	1.423.387
Sul de Minas	1.793	20.953.111	1.793	4.926.899
Triângulo	0	0	1.372	3.770.053

52 –

Programa: 056 – POTENCIALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

Ação: 1012 – IMPLANTAÇÃO DE PORTOS HIDROVIÁRIOS NO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Triângulo	1	501.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

53 –

Programa: 056 – POTENCIALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

Ação: 1272 – PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS EM OUTRAS REGIÕES

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	300.000	0	0
Centro-Oeste	9	2.005.000	2	18.035.000

Sul de Minas	0	0	2	11.500.000
--------------	---	---	---	------------

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 305.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

54 –

Programa: 056 – POTENCIALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DA FRONTEIRA AGROINDUSTRIAL

Ação: 1353 – PAVIMENTAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0	0	16.667.000
Triângulo	4	27.955.039	6	122.994.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

55 –

Programa: 057 – PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

Ação: 1157 – PAVIMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DE LIGAÇÕES FALTANTES

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	1	110.000	0	0
Norte de Minas	3	30.000	0	0
Sul de Minas	1	15.610.000	0	0

56 –

Programa: 057 – PROGRAMA DE AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE

Ação: 1158 – ADEQUAÇÃO E AUMENTO DA CAPACIDADE VIÁRIA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	10.000	0	0

Sul de Minas	1	1.000	0	0
Triângulo	1	1.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 2.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

57 –

Programa: 116 – CAMINHOS DE MINAS

Ação: 1075 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ENFOQUE AMBIENTAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	5	10.000	5	10.400
Central	5	10.000	5	10.400
Jequitinhonha / Mucuri	10	20.000	5	10.400
Mata	5	10.000	0	0
Norte de Minas	5	10.000	5	10.400
Rio Doce	5	10.000	5	10.400
Triângulo	5	10.000	5	10.400

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 20.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

58 –

Programa: 186 – MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DOS ACESSOS VIÁRIOS

Ação: 1208 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	37	8.600.000	0	0
Sul de Minas	1	10.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

59 –

Programa: 216 – PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Ação: 4139 – ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	1.000	0	0
Estadual	9	980.000	10	1.040.000
Mata	2	20.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

60 –

Programa: 216 – PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

Ação: 4543 – IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES E VIADUTOS)

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	10	900.000	12	1.040.000
Mata	1	100.000	0	0

ÁREA DE RESULTADO: PROTAGONISMO JUVENIL

61 –

Programa: 018 – ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Ação: 4306 – ATENDIMENTO AO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	4.531	0	4.719	0
Central	23.209	0	24.071	0
Centro-Oeste	3.227	0	3.364	0

Estadual	42.979	126.215.591	55.439	138.861.800
Jequitinhonha / Mucuri	1.882	0	1.963	0
Mata	4.930	0	5.346	0
Noroeste de Minas	2.422	0	2.545	0
Norte de Minas	6.162	0	6.733	0
Rio Doce	6.520	0	6.785	0
Sul de Minas	10.954	0	11.410	0
Triângulo	8.984	22.409	8.525	0

62 -

Programa: 027 - MINAS OLÍMPICA

Ação nova: .... - PROMOÇÃO DO ESPORTE INDÍGENA

Unidade Orçamentária: 1531 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E DA JUVENTUDE - SEEJ

Finalidade: Propiciar condições para a prática esportiva nas comunidades indígenas, inclusive dos esportes específicos dos povos indígenas e realizar os jogos indígenas de Minas Gerais, com garantia de participação nos jogos indígenas do Brasil.

Produto: INDÍGENA PARTICIPANTE

Unidade de medida: INDÍGENA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	200	100.000	200	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

63 -

Programa: 027 - MINAS OLÍMPICA

Ação: 1214 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE ATIVIDADES FÍSICAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	5	612.300	5	612.300
Central	38	33.245.658	38	33.245.658



Centro-Oeste	21	1.898.000	21	1.898.000
Jequitinhonha / Mucuri	8	750.425	8	750.425
Mata	15	1.415.267	15	1.415.267
Noroeste de Minas	4	137.475	4	137.475
Norte de Minas	15	2.447.250	15	2.447.250
Rio Doce	6	677.950	6	677.950
Sul de Minas	32	3.862.750	32	3.862.750
Triângulo	10	4.524.000	10	4.524.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 35.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

64 –

Programa: 027 – MINAS OLÍMPICA

Ação: 4311 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE ESCOLAR

Mudança de finalidade para: Desenvolver o esporte escolar, com a utilização de metodologia adequada ao conteúdo básico curricular da aula de educação física, aprimorando-o nas escolas prioritariamente de tempo integral, estimular a prática do esporte educacional por meio da realização de competições esportivas, como os Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg –, com a oferta de material esportivo, alimentação e transporte aos participantes das etapas microrregionais e regionais dos Jemg, fomentando a cultura esportiva saudável para a construção da cidadania, culminando nas olimpíadas escolares.

65 –

Programa: 027 – MINAS OLÍMPICA

Ação: 4521 – PROMOÇÃO DO MINAS OLÍMPICA NOVA GERAÇÃO

Mudança de finalidade para: Promover a ampla mobilização das crianças e adolescentes na faixa etária entre 7 e 14 anos, inclusive com deficiência e portadoras de transtornos mentais, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, enfatizando a formação dos valores de cidadania por meio da educação pelo esporte.

66 –

Programa: 033 – POUPANÇA JOVEM

Ação nova: .... – CAPACITAÇÃO DE COORDENADORES E MONITORES DO POUPANÇA JOVEM

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Capacitar os coordenadores e monitores regionais dos Municípios beneficiados pelo Programa Poupança Jovem.

Produto: EQUIPE CAPACITADA POR MUNICÍPIO

Unidade de medida: EQUIPE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	8	80.000	8	80.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 80.000,00 – Programa: 033 - POUPANÇA JOVEM – Ação: 1049 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA POR ENTIDADE EXTERNA

67 –

Programa: 033 – POUPANÇA JOVEM

Ação: 1049 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA POR ENTIDADE EXTERNA

Mudança de finalidade para: Avaliar a efetividade e os resultados do programa, bem como monitorar a execução das ações desenvolvidas pelos Municípios, garantindo a divulgação desses dados.

68 –

Programa: 154 – MINAS JOVEM PROTAGONISTA

Ação: 4096 – ALIANÇA SOCIAL ESTRATÉGICA PELO JOVEM

Mudança de finalidade para: Promover a integração e a participação do jovem no processo social, econômico e político do Estado, visando à formação de agentes multiplicadores de inclusão e desenvolvimento social e de desenvolvimento ambiental sustentável.

69 –

Programa: 266 – GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação nova: .... – APOIO A CONSELHOS MUNICIPAIS E TUTELARES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 4091 – FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Finalidade: Dar apoio técnico-financeiro aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Tutelares.

Produto: CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: CONSELHO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	105	600.000	105	600.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 600.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

70 –

Programa: 266 – GESTÃO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação nova: .... – CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS OPERADORES DA POLÍTICA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ESCOLA DE CONSELHOS

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Capacitar continuamente os operadores da política de garantia dos direitos da criança e do adolescente nos respectivos Municípios, por meio de Escolas de Conselhos.

Produto: CONSELHEIRO CAPACITADO

Unidade de medida: CONSELHEIRO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras	Físicas 2011	Financeiras
--------	--------------	-------------	--------------	-------------

		2010		2011
Estadual	900	100.000	900	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÁREA DE RESULTADO: QUALIDADE AMBIENTAL

71 –

Programa: 010 – CONSERVAÇÃO DO CERRADO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Ação nova: .... – MONITORAMENTO ELETRÔNICO DO TRANSPORTE DO CARVÃO VEGETAL

Unidade Orçamentária: 2101 – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Finalidade: Monitorar eletronicamente o transporte do carvão vegetal, visando à intensificação da fiscalização e do controle da produção e do consumo desse produto.

Produto: VEÍCULO MONITORADO

Unidade de medida: VEÍCULO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	10.000	100	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

72 –

Programa: 045 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação nova: .... – APOIO ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Unidade Orçamentária: 2091 – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Finalidade: Apoiar as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, visando à sua inserção na gestão municipal integrada de resíduos, com ênfase na coleta seletiva e reciclagem.

Produto: ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA ATENDIDA

Unidade de medida: ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	50	200.000	50	200.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

73 –

Programa: 045 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: 1066 – MANUTENÇÃO DO CENTRO MINEIRO DE REFERÊNCIA EM RESÍDUOS E ALCANCE DE AUTOSSUSTENTABILIDADE

Mudança de finalidade para: Apoiar a manutenção e gestão do Centro Mineiro de Referência em Resíduos para o desenvolvimento de atividade de apoio à gestão integrada de resíduos, com ênfase na reciclagem, por meio da disseminação de informações e capacitação técnica, gerencial e profissionalizante, incluindo-se os catadores organizados de materiais recicláveis, visando à geração de trabalho e à melhoria da qualidade de vida.

74 –

Programa: 045 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: 1068 – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DISPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA - MINAS SEM LIXÕES

Mudança de produto para: % POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA

Mudança de unidade de medida para: PERCENTUAL

75 –

Programa: 045 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: 1070 – OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS E ESPECIAIS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	4	902.500	5	1.500.000

76 –

Programa: 045 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: 1071 – IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA AMBIENTAÇÃO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	1.300.000	15	1.500.000

77 –

Programa: 045 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: 1072 – IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA, REAPROVEITAMENTO E RECICLAGEM

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	20	250.000	20	250.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 50.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

78 -

Programa: 045 - RESÍDUOS SÓLIDOS

Ação: 1073 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Mudança de produto para: PLANO ELABORADO

Mudança de unidade de medida para: PLANO

79 -

Programa: 046 - REVITALIZAÇÃO DO RIO DAS VELHAS - META 2010

Ação: 4160 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO - META 2010

Mudança de produto para: EVENTO MARCO DA META 2010 REALIZADO

Mudança de unidade de medida para: EVENTO

80 -

Programa: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação nova: .... - INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DE REVITALIZAÇÃO DO RIO DOCE

Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Integrar órgãos e entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente para o desenvolvimento de ações articuladas relativas à revitalização do Rio Doce: saneamento, tratamento de fundo de vale, monitoramento da qualidade da água e educação ambiental.

Produto: PROJETO COORDENADO E APOIADO

Unidade de medida: PROJETO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Rio Doce	1	10.000	1	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

81 -

Programa: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: 2020 - COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	100.000	1	100.000

82 -

Programa: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: 2035 - COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	100.000	1	120.000

83 -

Programa: 105 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: 4056 - EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	45.000	2	45.000
Centro-Oeste	1	20.000	1	20.000
Mata	1	15.000	1	15.000
Noroeste de Minas	1	10.000	1	10.000
Norte de Minas	1	15.000	1	15.000
Rio Doce	1	20.000	1	20.000
Sul de Minas	1	15.000	1	15.000
Triângulo	1	10.000	1	10.000

84 -

Programa: 109 - PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ação nova: .... - COFINANCIAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PESQUISA E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO DA BIODIVERSIDADE

Unidade Orçamentária: 2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Finalidade: Registrar e documentar espécies de plantas em um acervo vegetal (herbário), visando à sua conservação e ao resgate de informações para a pesquisa científica e a educação ambiental; promover pesquisa sobre a biodiversidade e proteger espécies silvestres raras; manter bancos de germoplasma "ex situ" e reservas genéticas "in situ"; e promover o intercâmbio interinstitucional, a capacitação de recursos humanos e o lazer.

Produto: CENTRO DE PESQUISA IMPLANTADO

Unidade de medida: CENTRO DE PESQUISA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
--------	--------------	------------------	--------------	------------------

Mata	1	500.000	1	500.000
------	---	---------	---	---------

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

85 –

Programa: 109 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ação: 4058 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	5	1.714.459	6	2.000.000

86 –

Programa: 109 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ação: 4156 – GESTÃO DA PESCA E AQUICULTURA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	52	60.000	55	75.024
Central	282	2.918.720	295	3.649.568
Centro-Oeste	70	20.000	74	25.008
Jequitinhonha / Mucuri	74	55.000	78	68.772
Mata	111	70.000	117	87.528
Noroeste de Minas	22	30.000	23	37.512
Norte de Minas	49	525.000	52	656.460
Rio Doce	52	150.000	55	187.560
Sul de Minas	110	20.000	116	25.008
Triângulo	128	150.000	135	187.560

87 –

Programa: 110 – MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL

Ação: 4174 – DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO, PRODUÇÃO MAIS LIMPA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	250.000	1	250.000
Rio Doce	1	200.000	1	200.000
Sul de Minas	1	150.000	1	150.000

88 –

Programa: 113 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ação nova: .... – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS

Unidade Orçamentária: 2451 – FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS - HIDROEX

Finalidade: Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar programas e projetos de defesa e preservação do meio ambiente relativos à gestão das águas e dos recursos hídricos, envolvendo a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos, a promoção de ações educativas, a construção de bancos de dados e a prestação de serviços de interesse público.

Produto: ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: ATIVIDADE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	100.000	1	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

89 –

Programa: 182 – MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Ação: 4157 – GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	131.442	2	150.000
Mata	3	131.442	3	150.000

90 –

Programa: 182 – MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL



Ação: 4162 – FISCALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - IEF

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	242	150.000	254	165.000
Central	356	1.000.000	374	1.100.000
Centro-Oeste	587	150.000	616	165.000
Jequitinhonha / Mucuri	137	310.000	144	341.000
Mata	642	280.000	674	308.000
Noroeste de Minas	90	180.000	95	198.000
Norte de Minas	116	300.000	122	330.000
Rio Doce	60	250.000	63	275.000
Sul de Minas	607	200.000	637	220.000
Triângulo	661	180.000	694	198.000

ÁREA DE RESULTADO: QUALIDADE E INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

91 –

Programa: 173 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Ação: 4177 – PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AVALIAÇÕES AMBIENTAIS PARA FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	3	664.792	3	664.792

ÁREA DE RESULTADO: QUALIDADE FISCAL

92 –

Programa: 215 – GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL

Ação: 4542 – DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SEF

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	593.000	0	612.650
Central	0	14.603.100	0	15.087.000
Centro-Oeste	0	1.087.000	0	1.123.020
Estadual	23.863	0	26.183	0
Jequitinhonha / Mucuri	0	1.063.000	0	1.098.224
Mata	0	3.025.000	0	3.125.239
Noroeste de Minas	0	716.000	0	739.726
Norte de Minas	0	1.343.000	0	1.387.503
Rio Doce	0	1.454.000	0	1.502.181
Sul de Minas	0	4.542.000	0	4.692.507
Triângulo	0	3.982.000	0	4.113.950

ÁREA DE RESULTADO: REDE DE CIDADES E SERVIÇOS

93 –

Programa: 007 – COPA DO MUNDO 2014

Mudança de objetivo para: Organizar com excelência os eventos da Fifa (Copa das Confederações e Copa do Mundo) e a infraestrutura para esses eventos, de forma a deixar um legado para Minas Gerais, orientando-se por padrões internacionais de qualidade e por princípios de sustentabilidade socioambiental.

94 –

Programa: 009 – CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS

Ação nova: .... – IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRADIÇÃO CULTURAL DO JEQUITINHONHA

Unidade Orçamentária: 1271 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: Implantar o Centro de Tradição Cultural do Vale do Jequitinhonha, no Município de Itaobim, que congregue e interaja com os diversos movimentos culturais da região e que seja utilizado para encontros, apresentações e exposições culturais, bem como para o comércio de artesanato.

Produto: CENTRO CULTURAL IMPLANTADO

Unidade de medida: CENTRO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Jequitinhonha / Mucuri	1	500.000	1	500.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

95 –

Programa: 009 – CIRCUITOS CULTURAIS DE MINAS GERAIS

Ação: 1332 – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MUSEOLÓGICO DO MUSEU DE PERCURSOS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Mudança de finalidade para: Dotar o Vale do Jequitinhonha da estrutura necessária à promoção e divulgação da cultura regional e local, considerando a globalidade do patrimônio ambiental, material e imaterial.

96 –

Programa: 016 – DESTINOS TURÍSTICOS ESTRATÉGICOS

Ação: 1396 – SINALIZAÇÃO TURÍSTICA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1	201.000	0	0
Mata	0	0	0	0
Norte de Minas	0	0	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

97 –

Programa: 026 – MINAS AVANÇA

Ação: 1342 – INVESTIMENTOS ESPECIAIS EM MUNICÍPIOS ESTRATÉGICOS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	12.990.000	0	0
Mata	0	100.000	0	0
Sul de Minas	1	2.440.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 440.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

98 –

Programa: 026 – MINAS AVANÇA

Ação: 4141 – DESENVOLVIMENTO DO MODAL AEROVIÁRIO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	0	0	2	3.065.000
Central	0	0	2	18.650.000
Centro-Oeste	1	7.990.000	3	7.242.070
Jequitinhonha / Mucuri	0	0	4	5.509.400
Mata	0	0	3	3.541.100
Noroeste de Minas	0	0	2	6.257.000
Norte de Minas	1	7.700.000	3	6.144.800
Rio Doce	0	0	3	4.984.300
Sul de Minas	0	10.000	5	10.315.000
Triângulo	0	0	1	3.656.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99 –

Programa: 123 – FOMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL

Ação: 4155 – IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CULTURA E ARTE - ESPAÇO CULTURARTE

Mudança de nome para: IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CULTURA E ARTE DE RIBEIRÃO DAS NEVES - ESPAÇO CULTURARTE

Mudança de produto para: CENTRO CULTURAL IMPLANTADO

Mudança de unidade de medida para: CENTRO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	1.000	0	0

100 –

Programa: 124 – PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Ação: 4417 – PRODUÇÃO, APRESENTAÇÃO E VEICULAÇÃO DOS ESPETÁCULOS DOS CORPOS ARTÍSTICOS DA FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	100.000	17.089.202	100.000	18.986.258

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

101 –

Programa: 132 – O ESTADO PARA OS CIDADÃOS

Ação: 1107 – APOIO AOS MUNICÍPIOS EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	1.000	1	1.000
Estadual	1	10.000	20	2.000.000
Mata	1	500.000	1	500.000
Norte de Minas	1	3.000	1	3.000
Triângulo	1	1.500.000	1	1.500.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 2.004.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÁREA DE RESULTADO: REDUÇÃO DA POBREZA E INCLUSÃO PRODUTIVA

102 –

Programa: 023 – IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Ação nova: .... – FINANCIAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

Unidade Orçamentária: 4251 – FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Financiar a implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas.

Produto: CENTRO IMPLANTADO

Unidade de medida: CENTRO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	10	1.200.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.200.000,00 – Programa: 023 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS – Ação: 4236 - COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL

103 –

Programa: 023 – IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Ação nova: .... – COFINANCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Unidade Orçamentária: 4251 – FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Apoiar os Municípios para a concessão de benefícios eventuais.

Produto: MUNICÍPIO BENEFICIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	234	300.000	234	300.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 300.000,00 – Programa: 023 - IMPLANTAÇÃO DO SUAS – Ação: 4234 - COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA

104 –

Programa: 023 – IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Ação: 1156 – QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO E CONTROLE DO SUAS

Mudança de finalidade para: Promover a qualificação continuada e o processo de certificação de servidores públicos, conselheiros, gestores, entidades e demais operadores da política socioassistencial para a implantação do Suas, produzindo e difundindo conhecimentos para garantir oferta adequada de serviços, programas, projetos e benefícios para a população.

105 –

Programa: 023 – IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Ação: 4234 – COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO BÁSICA

Mudança de finalidade para: Cofinanciar os Municípios na execução direta ou indireta (rede socioassistencial) da proteção social básica, ofertando serviços, programas, projetos e benefícios continuados que garantam a sobrevivência, o acolhimento, a convivência e a socialização de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, pobreza e fragilidade de vínculos.

106 –

Programa: 023 – IMPLANTAÇÃO DO SUAS

Ação: 4236 – COFINANCIAMENTO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL

Mudança de finalidade para: Cofinanciar os Municípios e entidades na execução direta ou indireta (rede socioassistencial) de proteção social especial, ofertando serviços, programas e projetos que garantam o atendimento especializado a crianças, adolescentes, idosos, indivíduos e famílias que sofreram violação de direitos decorrente de situação de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, migrante, entre outras, e assegurando a manutenção dos Creas.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	6	363.591	6	363.591

Central	94	8.028.108	94	8.028.108
Centro-Oeste	13	851.469	13	851.469
Estadual	11	1.789.800	11	1.789.800
Jequitinhonha / Mucuri	7	614.571	7	614.571
Mata	5	357.429	5	357.429
Noroeste de Minas	1	15.429	1	15.429
Norte de Minas	5	514.317	5	514.317
Rio Doce	6	370.849	6	370.849
Sul de Minas	8	459.159	8	459.159
Triângulo	16	841.659	16	841.659

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 540.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

107 –

Programa: 025 – LARES GERAES

Ação: 1302 – CONSTRUÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS EM UNIDADES HABITACIONAIS

Mudança de finalidade para: Promover a construção, reforma e melhoria de moradias para população de baixa renda ou em áreas de risco e para as comunidades indígenas e quilombolas, por meio do diagnóstico da realidade habitacional dessas comunidades.

108 –

Programa: 028 – MINAS SEM FOME

Ação nova: .... – APOIO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E À CAPACITAÇÃO EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Unidade Orçamentária: 3041 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Implantar pequenos projetos de apoio visando à sustentabilidade da agricultura familiar desenvolvida por indígenas e quilombolas, disponibilizar recursos para condução das atividades inerentes ao programa e prover sementes, inclusive crioulas, para comercialização e uso próprio, de forma a possibilitar alimentação mais nutritiva a essas comunidades.

Produto: COMUNIDADE ATENDIDA

Unidade de medida: COMUNIDADE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	30	100.000	30	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

109 –

Programa: 028 – MINAS SEM FOME

Ação nova: .... – APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DIRETA

Unidade Orçamentária: 3041 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Apoiar a organização formal dos agricultores familiares para a realização de venda direta de seus produtos para a alimentação escolar, programas públicos de abastecimento e demais oportunidades de comercialização.

Produto: FAMÍLIA ATENDIDA

Unidade de medida: FAMÍLIA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	200	100.000	200	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

110 –

Programa: 028 – MINAS SEM FOME

Ação: 1151 – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE TANQUES COMUNITÁRIOS DE COLETA DE LEITE

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	15.000	0	0
Central	6	90.000	0	0
Centro-Oeste	3	45.000	0	0
Estadual	0	0	60	900.000
Jequitinhonha / Mucuri	9	135.000	0	0
Mata	5	75.000	0	0
Noroeste de Minas	3	45.000	0	0
Norte de Minas	10	150.000	0	0
Rio Doce	5	75.000	0	0



Sul de Minas	5	75.000	0	0
Triângulo	3	45.000	0	0

111 -

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: 1154 - CAPACITAÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Mudança de finalidade para: Promover a capacitação do público beneficiário adequada à realidade da população, na perspectiva de geração de renda e de segurança alimentar e nutricional sustentável, qualificando-o para o fornecimento de alimentos para o programa de alimentação escolar.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	250	20.000	250	20.000
Central	1.000	84.000	1.000	84.000
Centro-Oeste	150	13.000	150	13.000
Estadual	0	0	12.000	1.000.000
Jequitinhonha / Mucuri	750	64.000	750	64.000
Mata	1.000	84.000	1.000	84.000
Noroeste de Minas	200	17.000	200	17.000
Norte de Minas	750	64.000	750	64.000
Rio Doce	800	63.000	800	63.000
Sul de Minas	750	63.000	750	63.000
Triângulo	350	28.000	350	28.000

112 -

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: 4152 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	5.000	30.000	0	0

Central	25.000	150.000	0	0
Centro-Oeste	5.000	30.000	0	0
Estadual	0	0	180.000	1.098.000
Jequitinhonha / Mucuri	20.000	123.000	0	0
Mata	30.000	180.000	0	0
Noroeste de Minas	5.000	30.000	0	0
Norte de Minas	20.000	123.000	0	0
Rio Doce	15.000	90.000	0	0
Sul de Minas	25.000	150.000	0	0
Triângulo	10.000	60.000	0	0

113 -

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: 4228 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE POMARES (PRÓ-POMAR)

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	500	27.000	0	0
Central	1.675	88.100	0	0
Centro-Oeste	450	24.400	0	0
Estadual	0	0	15.000	900.000
Jequitinhonha / Mucuri	2.650	138.800	0	0
Mata	1.950	102.400	0	0
Noroeste de Minas	550	28.600	0	0
Norte de Minas	2.650	138.800	0	0
Rio Doce	1.200	63.400	0	0

Sul de Minas	1.700	89.400	0	0
Triângulo	925	49.100	0	0

114 -

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: 4229 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	15	4.300	0	0
Central	110	32.150	0	0
Centro-Oeste	30	8.800	0	0
Estadual	0	0	1.000	290.000
Jequitinhonha / Mucuri	220	64.375	0	0
Mata	85	25.000	0	0
Noroeste de Minas	15	4.300	0	0
Norte de Minas	220	64.375	0	0
Rio Doce	60	17.500	0	0
Sul de Minas	72	21.000	0	0
Triângulo	28	8.200	0	0

115 -

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: 4357 - APOIO À IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1.400	150.000	0	0
Central	7.000	520.000	0	0

Centro-Oeste	1.500	134.000	0	0
Estadual	0	0	70.000	5.300.000
Jequitinhonha / Mucuri	12.550	1.025.000	0	0
Mata	8.000	610.000	0	0
Noroeste de Minas	2.200	170.000	0	0
Norte de Minas	12.550	1.025.000	0	0
Rio Doce	4.600	340.000	0	0
Sul de Minas	7.000	520.000	0	0
Triângulo	3.200	250.000	0	0

116 -

Programa: 028 - MINAS SEM FOME

Ação: 4367 - CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	40	9.400	40	9.400
Central	195	47.000	195	47.000
Centro-Oeste	40	9.400	40	9.400
Estadual	0	0	1.500	360.000
Jequitinhonha / Mucuri	156	37.500	117	28.800
Mata	291	70.000	291	70.000
Noroeste de Minas	40	9.400	40	9.400
Norte de Minas	156	37.500	195	47.000
Rio Doce	117	28.000	117	28.800
Sul de Minas	195	47.000	195	47.000
Triângulo	78	18.800	78	18.800

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 14.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

117 –

Programa: 036 – PROJETO TRAVESSIA: ATUAÇÃO INTEGRADA EM ESPAÇOS DEFINIDOS DE CONCENTRAÇÃO DE POBREZA

Ação: 1176 – INTERVENÇÕES URBANAS E HABITACIONAIS

Mudança de finalidade para: Executar melhorias urbanas e/ou habitacionais nos Municípios, por meio da concessão de recursos e articulação de ações de responsabilidade de outros órgãos, quando necessário, utilizando-se, sempre que possível, mão de obra egressa dos cursos da Usina Mineira do Trabalho.

118 –

Programa: 052 – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA NO CAMPO

Ação: 3002 – CONSTRUÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1.855	8.084.990	0	0
Central	8.518	37.036.777	0	0
Centro-Oeste	2.624	11.407.421	0	0
Jequitinhonha / Mucuri	10.318	44.739.288	0	0
Mata	5.665	24.607.520	0	0
Noroeste de Minas	1.714	7.445.599	0	0
Norte de Minas	8.553	37.210.069	0	0
Rio Doce	7.710	33.493.238	0	0
Sul de Minas	6.322	27.511.670	0	0
Triângulo	1.721	7.487.428	0	0

119 –

Programa: 117 – POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Ação nova: .... – APOIO À COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DE FEIRAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (EPS)

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Instalar feiras regionais de economia popular solidária e promover a comercialização dos produtos, bem como apoiar os fóruns regionais de economia popular solidária no Estado.

Produto: FEIRA REGIONAL INSTALADA

Unidade de medida: FEIRA REGIONAL

## Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	35.000	1	35.000
Central	1	35.000	1	35.000
Centro-Oeste	1	35.000	1	35.000
Jequitinhonha / Mucuri	1	35.000	1	35.000
Mata	1	35.000	1	35.000
Noroeste de Minas	1	35.000	1	35.000
Norte de Minas	1	35.000	1	35.000
Rio Doce	1	35.000	1	35.000
Sul de Minas	1	35.000	1	35.000
Triângulo	1	35.000	1	35.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 350.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

120 –

Programa: 117 – POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Ação: 4149 – QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO TRABALHADOR

Mudança de finalidade para: Qualificar e requalificar os trabalhadores de todas as faixas etárias, de modo a contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho, utilizando-se recursos do convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e garantindo-se módulo específico para emigrantes retornados.

121 –

Programa: 117 – POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Ação: 4643 – IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE FOMENTO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Mudança de finalidade para: Gerar trabalho e renda por meio do fortalecimento de empreendimentos coletivos da economia popular solidária e realizar conferências, desenvolvendo-se, para tanto, ações integradas nas áreas de capacitação, formação, comercialização, crédito e pesquisa.

Mudança de regionalização para:

## Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	20	61.770	20	97.269
Central	20	61.770	20	97.269

Centro-Oeste	20	61.769	20	97.269
Estadual	1	100.000	1	150.000
Jequitinhonha / Mucuri	20	61.770	20	97.269
Mata	20	61.770	20	97.269
Noroeste de Minas	20	61.770	20	97.269
Norte de Minas	20	61.769	20	97.269
Rio Doce	20	61.769	20	97.269
Sul de Minas	20	61.769	20	97.269
Triângulo	20	61.769	20	97.269

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

122 –

Programa: 144 – DESENVOLVIMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Ação nova: .... – APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS OCUPADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Unidade Orçamentária: 2411 – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Apoiar a execução de atividades técnicas de identificação, discriminação e regularização das áreas ocupadas por comunidades quilombolas e indígenas.

Produto: FAMÍLIA ATENDIDA

Unidade de medida: FAMÍLIA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	500	100.000	500	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

123 –

Programa: 162 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação nova: .... – MOBILIZAÇÃO PELO REGISTRO CIVIL

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Desenvolver ações que visem à obtenção de certidões de registro civil e documentação civil básica, sobretudo pela população em situação de pobreza ou integrante de comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Produto: DOCUMENTO EMITIDO

Unidade de medida: DOCUMENTO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	100	50.000	100	50.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 50.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

124 –

Programa: 162 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação nova: .... – PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DIREITO DAS COMUNIDADES

Unidade Orçamentária: 1481 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Articular, acompanhar e promover ações destinadas à promoção da igualdade racial e dos direitos das comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, e realizar diagnóstico socioeconômico das 440 comunidades quilombolas.

Produto: AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: AÇÃO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	500	100.000	500	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

125 –

Programa: 162 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: 4124 – ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	1.120	100.000	1.120	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 26.900,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

126 –

Programa: 162 – DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: 4131 – INTEGRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para:



Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	130	549.855	130	701.652

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

127 –

Programa: 732 – SEGURANÇA ALIMENTAR

Ação: 1140 – INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CRESANS

Mudança de finalidade para: Apoiar a instalação de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Cresans – em todas as regiões do Estado, com vistas à realização de diagnósticos e pesquisas, à manutenção de banco de dados e à capacitação de gestores e demais atores da área de segurança alimentar e nutricional, em parceria com instituições de ensino superior e pesquisa e organizações não governamentais.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	1.000	1	1.033
Estadual	1	100.000	1	100.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

128 –

Programa: 732 – SEGURANÇA ALIMENTAR

Ação: 2046 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS – CONSEA-MG

Mudança de finalidade para: Coordenar as ações do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais – Consea-MG – e apoiar as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSANS.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	26	525.000	26	650.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 125.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ÁREA DE RESULTADO: VIDA SAUDÁVEL

129 –

Programa: 044 – REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ação nova: .... – CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Aumentar a oferta de serviços de média e alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde – SUS – na região da Mata e contribuir para a formação de profissionais para atuarem no SUS.

Produto: UNIDADE HOSPITALAR CONSTRUÍDA

Unidade de medida: UNIDADE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Mata	1	10.000	1	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

130 –

Programa: 044 – REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ação nova: .... – DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - REGIONALIZAÇÃO

Unidade Orçamentária: 1541 – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ESP-MG

Finalidade: Desenvolver e qualificar os atores necessários para o fortalecimento da regionalização do Sistema Único de Saúde.

Produto: PROFISSIONAL PARTICIPANTE DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO

Unidade de medida: PARTICIPANTE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	175	10.000	175	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 708 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS – Ação: 2134 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

131 –

Programa: 044 – REGIONALIZAÇÃO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ação: 4308 – FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRO-HOSP

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	4	3.712.392	4	3.712.392
Central	25	35.101.815	25	35.101.815

Centro-Oeste	7	5.996.457	7	5.996.457
Estadual	25	34.490.303	25	34.490.303
Jequitinhonha / Mucuri	12	7.621.409	12	7.621.409
Mata	10	12.008.883	10	12.008.883
Noroeste de Minas	1	2.181.768	1	2.181.768
Norte de Minas	15	11.846.804	15	11.846.804
Rio Doce	13	10.289.663	13	10.289.663
Sul de Minas	10	13.482.516	10	13.482.516
Triângulo	7	7.767.990	7	7.767.990

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.500.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

132 –

Programa: 049 – SAÚDE EM CASA

Ação nova: .... – DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - SAÚDE EM CASA

Unidade Orçamentária: 1541 – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ESP-MG

Finalidade: Melhorar a qualidade da atenção primária à saúde, por meio da otimização dos processos de trabalho, do reconhecimento de boas práticas e da capacitação de pessoal, especialmente dos profissionais do Programa Saúde da Família, pelas oficinas do Plano Diretor, e estruturar grupos de aperfeiçoamento da prática para os médicos da família, por meio do Programa de Educação Permanente – PEP.

Produto: MÉDICO DE PSF CAPACITADO

Unidade de medida: PESSOA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1.500	10.000	2.000	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 708 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS – Ação: 2134 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

133 –

Programa: 049 – SAÚDE EM CASA

Ação: 1117 – DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - PLANO DIRETOR DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mudança de finalidade para: Melhorar a qualidade da atenção primária à saúde, por meio da otimização dos processos de trabalho, do reconhecimento de boas práticas e da capacitação de pessoal, especialmente dos profissionais do Programa Saúde da Família, pelas oficinas do Plano Diretor, assegurando-se a inclusão de conteúdo relativo à saúde do adolescente.

134 -

Programa: 054 - VIVA VIDA

Ação nova: .... - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - VIVA VIDA

Unidade Orçamentária: 1541 - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ESP-MG

Finalidade: Desenvolver e qualificar recursos humanos para o aperfeiçoamento dos processos assistenciais e de apoio da rede Viva Vida, a partir de linhas guias, protocolos clínicos e demais publicações elaboradas pela equipe técnica do programa.

Produto: PROFISSIONAL QUALIFICADO

Unidade de medida: PROFISSIONAL

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	350	10.000	350	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 - Programa: 708 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - Ação: 2134 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

135 -

Programa: 149 - INCENTIVO AO DESPORTO

Ação: 4166 - CAMPOS DE LUZ

Mudança de finalidade para: Revitalizar campos de futebol, incluindo os de futebol amador, para que seja garantido ao cidadão o acesso a atividades esportivas e de lazer, o que contribuiria para a sua integração social.

Mudança de produto para: CAMPO DE FUTEBOL REVITALIZADO E ILUMINADO

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	50	3.000.000	50	3.105.000

136 -

Programa: 706 - ATENÇÃO ASSISTENCIAL À SAÚDE

Ação nova: .... - APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Incentivar técnica e financeiramente os Municípios e os consórcios intermunicipais de saúde a implementarem Caps-i, para atenção à saúde mental infantojuvenil, e Caps-ad, para atenção à saúde mental dos usuários de álcool e drogas.

Produto: MUNICÍPIO/CONSÓRCIO BENEFICIADO

Unidade de medida: MUNICÍPIO/CONSÓRCIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras	Físicas 2011	Financeiras
--------	--------------	-------------	--------------	-------------

		2010		2011
Estadual	15	900.000	15	900.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 900.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

137 –

Programa: 706 – ATENÇÃO ASSISTENCIAL À SAÚDE

Ação nova: .... – ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Estruturar a atenção primária à saúde nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas, garantindo o acesso dessas populações à saúde.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Centro-Oeste	1	83.334	1	83.334
Jequitinhonha / Mucuri	6	500.000	6	500.000
Mata	1	83.333	1	83.333
Norte de Minas	1	83.333	1	83.333
Rio Doce	2	166.667	2	166.667
Sul de Minas	1	83.333	1	83.333

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

138 –

Programa: 706 – ATENÇÃO ASSISTENCIAL À SAÚDE

Ação nova: .... – ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISVAN - EM MINAS GERAIS

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Garantir a alimentação permanente de dados do Sisvan e realizar o diagnóstico e a avaliação do funcionamento do sistema no Estado.

Produto: MUNICÍPIOS COM SISVAN EM OPERAÇÃO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	853	1.000.000	853	1.000.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

139 –

Programa: 707 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Ação: 4387 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

Mudança de finalidade para: Direcionar ações para prevenção e controle de doenças e agravos transmissíveis e não transmissíveis, acompanhando e analisando os dados e as informações, recomendando e promovendo as medidas de controle apropriadas, avaliando a eficácia e efetividade dessas medidas, divulgando as informações e fornecendo orientação técnica aos profissionais de saúde responsáveis por essas ações, bem como estruturar de forma mais efetiva os serviços de verificação de óbito do Estado.

140 –

Programa: 708 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Ação nova: .... – DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 1541 – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ESP-MG

Finalidade: Propiciar o fortalecimento da gestão de pessoas no SUS em Minas Gerais.

Produto: PARTICIPANTE CAPACITADO

Unidade de medida: PARTICIPANTE

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	120	10.000	120	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 708 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS – Ação: 2134 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

PROGRAMAS ESPECIAIS

141 –

Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ação nova: .... – REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS

Unidade Orçamentária: 2451 – FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS - HIDROEX

Finalidade: Viabilizar a remuneração de pessoal ativo do Estado e o pagamento dos respectivos encargos sociais e auxílios, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais.

Produto: PESSOA REMUNERADA

Unidade de medida: PESSOA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras	Físicas 2011	Financeiras
--------	--------------	-------------	--------------	-------------

		2010		2011
Central	35	10.000	35	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

142 –

Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ação nova: .... – PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 2451 – FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS - HIDROEX

Finalidade: Coordenar, implementar e avaliar as ações de planejamento, gestão e finanças, executando os serviços de apoio e suporte técnico-administrativo necessários ao cumprimento das atribuições institucionais.

Produto: SERVIÇO OPERACIONAL IMPLANTADO

Unidade de medida: SERVIÇO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	0	10.000	0	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

143 –

Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ação: 2074 – OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONSELHOS VINCULADOS À SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	246.200	0	246.200

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

144 –

Programa: 701 – APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ação: 2086 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONFUNDEB E CAE

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	70.000	1	70.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 50.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

145 –

Programa: 702 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Ação nova: .... – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - HIDROEX

Unidade Orçamentária: 4461 – FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA

Finalidade: Assegurar o pagamento dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos aposentados pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Minas Gerais, cujo provimento tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2001, tendo em conta a proteção da saúde e a manutenção da qualidade de vida daqueles que preencheram os requisitos constitucionais e legais relativos à inatividade.

Produto: PROVENTO DE APOSENTADORIA PAGO

Unidade de medida: PROVENTO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	10.000	1	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

146 –

Programa: 702 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Ação nova: .... – ENCARGOS DECORRENTES DA LEI FEDERAL Nº 11.941, DE 2009

Unidade Orçamentária: 1911 – EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS

Finalidade: Viabilizar o pagamento das dívidas do Estado decorrentes da Lei Federal nº 11.941, de 2009.

Produto: SERVIÇO OPERACIONAL IMPLANTADO

Unidade de medida: SERVIÇO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	0	1.000	0	1.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

147 –

Programa: 702 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS



Ação nova: .... – PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS

Unidade Orçamentária: 2451 – FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQUISA APLICADA EM ÁGUAS - HIDROEX

Finalidade: Atender ao pagamento de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor, tendo em vista a execução das decisões condenatórias transitadas em julgado proferidas pelo Poder Judiciário contra a Fazenda Pública.

Produto: SERVIÇO OPERACIONAL IMPLANTADO

Unidade de medida: SERVIÇO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Estadual	0	10.000	0	10.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 10.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

148 –

Programa: 723 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Ação: 2117 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1	1.050.000	1	2.808.000
Central	9	28.570.000	8	18.054.000
Centro-Oeste	0	5.200.000	2	2.361.000
Estadual	5	6.000.000	4	16.700.000
Mata	2	7.700.000	1	25.820.070
Norte de Minas	3	3.450.000	0	0
Rio Doce	1	1.550.000	1	1.260.000
Sul de Minas	3	7.950.000	2	4.606.000
Triângulo	0	18.550.000	0	66.827.000

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 20.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

149 –

Programa: 726 – ACESSO À JUSTIÇA

Ação: 4150 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Mudança de finalidade para: Prestar, em espaços adequados e bem equipados, assistência jurídica integral e gratuita, judicial e extrajudicial, às pessoas necessitadas, garantindo às camadas menos favorecidas da população amplo acesso à Justiça.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	52.001	141.907	62.286	146.617
Central	641.345	1.800.189	768.191	1.858.295
Centro-Oeste	104.002	283.818	124.572	293.237
Jequitinhonha / Mucuri	69.335	189.209	83.048	195.496
Mata	277.337	756.838	332.191	781.965
Norte de Minas	69.335	189.209	83.049	195.491
Rio Doce	69.335	189.209	83.048	195.491
Sul de Minas	277.338	756.838	332.190	781.965
Triângulo	173.336	473.024	207.617	488.728

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 50.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

150 –

Programa: 727 – EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Ação nova: .... – ELABORAÇÃO DE PROJETOS VISANDO À AMPLIAÇÃO DO "CAMPUS" DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI EM DIVINÓPOLIS

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Elaborar projetos arquitetônicos e executivos para ampliar o "campus" da Universidade Federal de São João del-Rei no Município de Divinópolis.

Produto: PROJETO ELABORADO

Unidade de medida: PROJETO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Centro-Oeste	1	1.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

151 -

Programa: 727 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Ação: 1118 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	5.000.000	4	2.000.000
Centro-Oeste	1	1.000	1	100.000
Mata	0	0	0	0
Sul de Minas	0	0	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

152 -

Programa: 727 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Ação: 1358 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	1	10.000	1	500.000
Triângulo	1	1.000	0	0

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

153 -

Programa: 733 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM

Ação: 1167 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2	645.489	1	656.587

Norte de Minas	1	1.000	0	0
----------------	---	-------	---	---

Cancelamento compensatório:

Valor (R\$): 11.000,00 – Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

154 –

Programa: 773 – PROGRAMA PREVENTIVO EM SAÚDE OCUPACIONAL

Ação: 1310 – SISTEMA ELETRÔNICO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	60	403.765	10	755.000

155 –

Programa: 773 – PROGRAMA PREVENTIVO EM SAÚDE OCUPACIONAL

Ação: 4650 – PREVENÇÃO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS

Mudança de finalidade para: Promover e manter a saúde dos servidores públicos estaduais efetivos de acordo com a Lei nº 16.192, de 2006, por meio de levantamentos ambientais, treinamentos, exames médicos de saúde ocupacional e outras ações específicas e, conseqüentemente, reduzir o absenteísmo e evitar o agravamento de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho e de patologias relacionadas ao uso profissional da voz.

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Central	2.500	222.076	2.500	399.000

156 –

Programa: 773 – PROGRAMA PREVENTIVO EM SAÚDE OCUPACIONAL

Ação: 4694 – IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

Mudança de regionalização para:

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2010	Financeiras 2010	Físicas 2011	Financeiras 2011
Alto Paranaíba	1.255	25.000	1.255	7.884
Central	17.350	346.809	17.350	109.375
Centro-Oeste	2.778	55.000	2.778	17.346
Jequitinhonha / Mucuri	3.898	78.000	3.898	24.599

Mata	4.497	90.000	4.497	28.384
Noroeste de Minas	872	17.000	872	5.361
Norte de Minas	5.250	105.000	5.250	33.114
Rio Doce	4.248	85.000	4.248	26.807
Sul de Minas	6.115	122.000	6.115	38.476
Triângulo	3.737	75.000	3.737	23.654

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/12/2009

O Deputado Vanderlei Jangrossi\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia. Desde o início do meu mandato, senti-me tocado com a situação da reforma agrária no País. Neste pronunciamento, gostaria de externar minha posição a respeito do tema. Antes de discorrer sobre esse tema, gostaria, neste final de ano, de relembrar as inúmeras audiências públicas que realizamos na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, da qual tanto me honra ser Presidente. Entre os temas debatidos, falamos sobre a importância do café na economia mineira e seus benefícios para a saúde; os impactos do etanol na economia brasileira; a contribuição de Minas para a reforma do Código Florestal Brasileiro - segundo notícias veiculadas na mídia, os Deputados membros da comissão especial para emitir parecer sobre o projeto já receberam o nosso relatório, estão estudando o assunto e acatarão as sugestões obtidas após o debate nesta Casa. Fizemos também audiência pública para discutir a situação de comerciantes de queijo minas artesanal do Ceasa-Minas, que, depois de alguns desdobramentos, já se encontraram adaptados e com produtos de ótima qualidade para o consumidor. Os produtores contam até com câmara de refrigeração para acondicionar seus produtos, como queijo e a própria carne, que também será comercializada em futuro breve. Realizamos audiência pública sobre crédito rural e seguro agrícola, temas muito importantes para o nosso Estado, mostrando a importância do seguro para o produtor rural, uma vez que o governo federal arca com 50%, o governo do Estado com 25%, e o produtor com os outros 25%.

Também fizemos audiência pública para conhecer o programa de crédito do comércio exterior, o panorama do agronegócio brasileiro; e debate sobre a criação de peixes no Estado, por meio da aquicultura. Discutimos a situação das terras devolutas do Estado e contamos com reuniões na Secretaria de Reforma Agrária para estudarmos projetos de resolução que passam pela Comissão e que se encontravam com irregularidades, que logo foram sanadas. Não nos podemos esquecer dos produtores de leite, que sempre estão em contato com o gabinete no intuito de manter o leite com preço justo ao produtor. No final do ano passado, fizemos um debate público para discutir a situação, até porque os produtores pediam o preço justo do leite. Hoje, infelizmente o que mais falta aos nossos produtores é renda. Não há preço justo em todos os setores, falta renda ao produtor, por isso, infelizmente, a maioria deles está endividada, muitos perderam suas propriedades, alguns para os bancos. É necessário fazer alguma coisa para encontrarmos o preço justo do leite e de todos os produtos produzidos e comercializados em nosso Estado. Não podia deixar de falar sobre as viagens que fizemos ao longo do trabalho. Fomos a Varginha, no SOS Café; a Montes Claros, para conhecer a usina de biodiesel implantada nesse Município; ao Jaíba, para conhecer a situação dos seus produtores e buscar a melhoria do projeto de irrigação, o maior da América Latina; a Capelinha, para discutir a situação dos comerciantes de pedra, areia e cascalho, que estavam sendo multados até por desconhecimento da lei ambiental. Em apenas uma semana, graças a Deus, foi celebrado um convênio com a Secretaria de Meio Ambiente, que muito colaborou, por meio do Deputados Antônio Carlos Arantes, que esteve presente, e conseguimos ajudar os municípios e todos os produtores de Capelinha. Retomamos o assunto da reforma agrária, um sistema de divisão de terras onde existem propriedades particulares improdutivas que são compradas pelo governo a fim de lotear e distribuir a famílias que não têm terras para plantar. Dentro desse sistema, as famílias recebem terras e ganham condições para desenvolver o cultivo, por meio de sementes, irrigação, eletrificação, financiamento, assistência social e consultoria.

A reforma agrária se faz necessária no Brasil, pois a estrutura fundiária do País é muito injusta. Desde a antiguidade, com a colonização portuguesa, a metrópole se dividiu em colônias e o acesso à terra foi dificultado para grande parte dos brasileiros. O latifúndio se tornou padrão, gerando um sistema injusto de distribuição de terras. Para corrigir essa distorção, o Brasil vem desenvolvendo um sistema de reforma agrária. Com a reforma agrária também surgiu o Movimento dos Sem Terra - MST -, que pressiona o governo com manifestações e ocupações para conseguir acelerar a reforma agrária e garantir o acesso à terra. No entanto, nem sempre essas manifestações são pacíficas, algumas vezes, dos confrontos resultam até vítimas de fatalidade. O processo de reforma agrária se dá por meio do Incra, órgão federal que respeita a propriedade privada e os direitos constituídos. A correção da estrutura fundiária, no espaço físico, e a reforma agrícola, que é atividade econômica e social, são imprescindíveis para o desenvolvimento do País, dando oportunidade às populações rurais mais carentes e condições de subsistência. No entanto, verificou-se que alguns agricultores, aliás, algumas pessoas, de forma ilegal, estão sendo pagas para tomar terras, mas possuem propriedades. Elas usam esse artifício para vender as terras obtidas e fazem dessa prática um meio de sobrevivência desleal, pois, agindo assim, acabam frustrando os produtores que realmente necessitam de moradia.

Há poucos dias, Deputados, estive no Colégio Frei Orlando, a convite de alguns valorosos alunos do 2º grau, para fazer um simulado de júri. O tema era reforma agrária. Foi uma ação muito importante para o nosso país. Dois lados se dividiram para defender dois pensamentos. Cabe lembrar que não significa que era o pensamento que realmente cada um tinha, até porque foi feita uma divisão entre os alunos. Um grupo convidou para fazer a defesa desse programa, desse sistema do MST no País, em especial no nosso Estado, um integrante do MST, que era o Sr. João Leite - aliás, Deputado Inácio Franco, não era o nosso Deputado, mas, por coincidência, chama-se João Leite. Fizemos o convite a mim, como Presidente da Comissão de Política Agropecuária, para dizer que hoje a maneira aplicada realmente é inviável para o nosso país. Confesso que, quando estive lá, não sabia direito qual seria o tema. Até os alunos me disseram que seria só para dar uma palavra e, em 10 minutos, já estaria dispensado e poderia ir embora. No entanto, isso não aconteceu, pois esse simulado de júri durou aproximadamente duas horas. E foi muito interessante. A discussão entre os alunos ficou muito acirrada. Uns defendendo o Movimento, e outros tentando dizer que ele neste momento é um erro para o País, que está em desenvolvimento, e é necessário haver cautela para fazer a reforma - que, de fato, é.

Um grupo mostrou a reportagem em que o movimento destruiu uma plantação de laranja no interior de São Paulo. O Sr. João Leite disse que foram apenas 500 pés e que isso não significava nada. A justificativa para derrubar os pés de laranja era plantar feijão na área. Só que, na verdade, não foram 500 pés de laranja, mas aproximadamente 5 mil, que foram destruídos sob o pretexto de se plantar feijão no local.

Ele foi instigado por um grupo a responder a ação desarraigado do movimento. O outro grupo pedia que ele confirmasse a importância do movimento. Um grupo mostrou a gravação de áudio de um Deputado; aliás, foi o Deputado Domingos Sávio quem fez a gravação com outros Deputados. Se não me engano, o Dalmo Ribeiro Silva também fez gravação falando sobre a preocupação e a importância de primeiramente se fazer a reforma agrícola no Brasil, para depois se fazer a reforma agrária.

Chamaram-me para fazer rápida exposição da Comissão e fui instigado pelos dois grupos: em um, para falar a respeito da importância da reforma agrária; em outro, para falar também sobre essa preocupação dos moldes que hoje estão sendo aplicados por esse grupo. O modelo de reforma em que esse grupo trabalha é, na verdade, um erro, pois não coloca de volta ao campo o verdadeiro homem do campo. Realmente muitas pessoas que fazem parte do movimento não têm aptidão para a terra, Deputados Inácio Franco e Ronaldo Magalhães. Essas pessoas são chamadas para fazer parte do grupo, acabam tomando posse da terra e não conseguem produzir porque não têm aptidão para a terra.

Depois de mais de 2 horas de discussão, vem o veredicto, com a decisão do júri. Havia nove jovens, Deputado Inácio Franco, que participavam do júri. Foi tamanha minha surpresa; sabe qual foi o veredicto, depois de todas as disposições e de o Deputado João Leite defender o sistema da reforma agrária? E falamos que o modelo da reforma agrária hoje é inviável, por isso é necessário haver mudanças e termos novo modelo. Nossa surpresa foi que, dos 11 garotos, tivemos o resultado de 11 a 0 a favor dos integrantes do MST. Esse resultado nos surpreendeu. Se fosse meio a meio, até entenderíamos, mas 11 a 0? Depois a Diretora veio conversar comigo e tentou me convencer que foi devido à forma de atuação dos grupos que se deu o veredicto. Realmente o outro grupo estava um pouco mais contundente ao fazer sua defesa, e o grupo que mostrava que o modelo da reforma agrária atual não era viável para o Brasil começou um pouco tímido. O resultado me causou surpresa, porém isto é o que se pensa, ou seja, as pessoas pensam mesmo e sempre vão para o lado mais fraco, defendendo as pessoas desse lado. E é assim que funciona.

Deputado José Henrique, para se ter ideia, depois que terminou, fui para casa e tentei dormir, no entanto não consegui. Levantei às 3 horas da madrugada para meditar sobre o assunto e passei a escrever sobre o tema. É necessário aplicar o zoneamento agrícola para dar condições ao homem do campo de ter renda e subsidiar os implementos agrícolas, para ter competitividade na venda dos seus produtos, já que alguns países detêm o monopólio de alguns implementos agrícolas e subsidiam seus produtores, diferentemente do Brasil, onde não há subsídio algum. Infelizmente nossos produtos são subsidiados por outro país, mas no Brasil não é assim. Na verdade, quem cala consente, e quem fica calado acaba aceitando toda esta situação. Portanto não podemos nos calar.

A CPI em Brasília foi criada exatamente por descaso, pois fazem o que querem, uma vez que não há lei que corrija isso. No entanto a quem devemos o desenvolvimento do nosso país? Recentemente, revista importante, de grande circulação internacional, falou sobre o desenvolvimento do Brasil. Isso se deve a dois fatores: primeiro, a criação do Plano Real; depois, a sorte do Presidente Lula em dar continuidade ao governo FHC.

Isso mostra uma grande incoerência nos discursos, mas o importante é o resultado que alcançamos. O Brasil é um país de grande potencial e conseguirá esse crescimento por meio do desenvolvimento sustentável. Temos de discutir, sim, porém chegar a um denominador comum para que, de fato, tenhamos a verdadeira justiça social e não a injustiça social que tempos presenciado. Infelizmente, meu tempo acabou. É só isso, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Queremos, mais uma vez, cumprimentar os Agentes Penitenciários do Estado, demitidos por ora, mas, a nosso ver, continuam como Agentes Penitenciários, pois a demissão é ilegal. Queremos cumprimentar os Procuradores do Estado, que também se fazem presentes nas galerias, acompanhando a votação do Projeto de Lei Complementar nº 55, que certamente terá melhor acolhida por parte de todos os membros desta Casa. Gostaria, Sr. Presidente, de iniciar dizendo que a situação dos Agentes Penitenciários precisa ser resolvida o mais breve possível. Não é possível que o Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior continue em uma posição que não permite o consenso e a coerência, diria muito mais, que não permite o diálogo, para que as coisas avancem.

Vários Deputados já estiveram com o Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, e o Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior. O ato praticado foi falho, ilegal e precisa ser corrigido. Por várias vezes já abordamos isso da tribuna. O processo administrativo disciplinar, Deputado Carlos Pimenta, sequer foi instaurado, para dar o direito ao contraditório e à ampla defesa e, após apuração, avaliar os fatos a fim de saber se a falta cometida pelos Agentes deveria ser motivo de exoneração, de rompimento do contrato. Não houve processo administrativo disciplinar, o que houve foi demissão sumária. Agora o Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior fica escolhendo quem retorna e quem não retorna. Inverteu-se todo o processo legal. Primeiro condenamos e depois realizamos o processo para avaliar. Essa avaliação também contraria os princípios norteadores da administração pública como o da legalidade e o da impessoalidade. Portanto, não se pode fazer avaliações como estão fazendo.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer um apelo ao Governador Aécio Neves. Na verdade, gostaríamos de fazer o apelo ao Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior. A posição irredutível relativa a um erro cometido pela sua administração acaba causando desgaste ao próprio governo, porque a todo momento esta Casa fica parada, com projetos obstruídos pela Oposição. Nesse aspecto, temos razão. Não há outro mecanismo a não ser a obstrução. Isso se chama "law" para quem opera o direito de freios e contrapesos. É a forma de exercer o conceito de pesos e contrapesos. Ou se cumpre a lei da forma que deve ser cumprida ou obstruímos a votação aqui. É óbvio que há vários projetos. Os Procuradores do Estado também aguardam a votação do PLC nº 55, que vai contar certamente com o apoio de todos os Deputados desta Casa, independentemente se da Situação ou da Oposição. É bom que alguém alerte o Secretário de que está obstruindo a pauta da Assembleia com sua posição irredutível. E o pior: está irredutível em algo referente a um ato ilegal. Está faltando um pouquinho de humildade ao Secretário Maurício de Oliveira Campos Júnior porque, como ser humano, qualquer um está sujeito a falhas e equívocos. Com o Secretário não poderia ser diferente. Falta humildade para reconhecer que a demissão foi ilegal. Sendo assim, devem-se contratar todos, abrir a portaria e o processo administrativo. Fico muito triste, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, e Deputado Doutor Ronaldo, colega do PDT, porque o governo vem fazendo uma excelente gestão, especialmente no campo da segurança pública, o que é indiscutível. Se eu fosse ocupar o meu tempo todo, não conseguiria relatar cada medida que vem sendo tomada nessa área. São ações concretas, bem fundamentadas, além de programas importantes aplicados ao longo de sete anos. Infelizmente, esbarramos numa ação isolada e pontual do Secretário, que acaba respingando no belo trabalho que o Governador vem desenvolvendo.

Outro assunto que quero abordar, Sr. Presidente, diz respeito às promoções no âmbito da Polícia Militar. Já recebemos inúmeras reclamações no nosso gabinete. Aliás, já conversei por telefone com o Cel. Renato, Comandante-Geral da Polícia Militar. Em algumas turmas, especialmente de Capitães para Majores, estão prevalecendo aqueles que nem sequer se sentaram no banco de uma viatura. Deputado Doutor Ronaldo, conhecemos um pouco essa matéria. É muito triste ver praça, Oficial, Sargento, Tenente ou Capitão que nunca tenha passado pelo banco de uma viatura, foi chamado de carregador de pasta a vida inteira, ser promovido em detrimento daqueles que estão na linha de frente, na área operacional, quebrando pedras. Quem está na rua tem tudo contra si próprio. Todas as chamadas intempéries parece que vão ao seu encontro: é o frio nas madrugadas dentro de uma radiopatrulha ou fazendo policiamento a pé; é a chuva; é a poeira; é o sereno; é a fiscalização da própria população; é a cobrança que ela exige, prisão, resposta; é a fiscalização da Comissão de Direitos Humanos; é o Ministério Público; são as sindicâncias; são os inquéritos policiais. Tudo isso é enfrentado por quem está na rua, Deputado Doutor Ronaldo. Aquele que está atrás da mesa, com cafezinho e ar condicionado, fazendo agenda de uma autoridade - às vezes apadrinhado de algum Deputado ou Secretário -, costuma ter sua promoção mais rápida. Permitam-me manifestar minha opinião ao Comandante-Geral da Polícia Militar. Em se tratando de Polícia Militar, de Corpo de Bombeiros Militar ou de Polícia Civil, se há alguém que deveria ter prioridade na promoção são aqueles que fazem a polícia

acontecer diuturnamente. Temos aqui três fichas de oficiais, três Primeiros-Tenentes que foram preteridos. Para tristeza nossa, todos os três são da área operacional, oficiais da turma de 2000, que passam por tudo isto nas ruas. São Primeiros-Tenentes há sete anos. Um está em 3º lugar, não tem punição alguma, arranhão algum em sua ficha, mas não foi promovido a Capitão. Foram promovidos 26 oficiais da sua turma. Ele é o nº 3, e não foi promovido. Os promovidos foram outros apadrinhados. Por que este sistema perverso permanece? Por que os mecanismos de promoção da Polícia Militar permitem este tipo de promoção, chamada internamente de "furada de olho"? É muito triste, Deputado Ronaldo João. Imagine, querido companheiro Braulio Braz, na sua querida Sete Lagoas, em Muriaé, haver oficial na rua, de noite e de dia, dentro de viatura, enfrentando assaltos a bancos, a padarias, a taxistas, com trocas de tiros, correndo risco de morrer e, na hora de ser promovido, chega outro que estava na área burocrática, sem arranhão algum, diferentemente daqueles que estão na rua e têm, inclusive, sua pele queimada, e entra na frente?

Venho a esta tribuna para fazer apelo ao Comandante-Geral da Polícia Militar para que priorize, em termos de promoção, aqueles que fazem a polícia acontecer de fato e de direito, aqueles que estão dentro das viaturas, na área operacional. Esses precisam ter prioridade, têm de ser vistos de forma diferenciada. Deveria existir pontuação diferenciada para cada ano dentro de viatura, em virtude de risco de morte. Temos registro, em nosso gabinete, de vários policiais que morreram porque estavam diuturnamente dentro de viatura, atendendo a população. Enquanto esses apadrinhados estão dormindo, os outros estão carregando a polícia nas costas. Existe estudo, Deputado Ronaldo João, de Coronel da Polícia Militar de São Paulo, chamado Cel. José Vicente da Silva Filho, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, pessoa extremamente competente, com vários artigos publicados na área de segurança, que diz que aqueles que estão nas ruas trabalhando diuturnamente são preteridos em prol dos outros que ficam com o chamado "carregador de plástico" - esse é o jargão usado dentro da caserna. É triste tomarmos conhecimento de oficiais que deixaram de ser promovidos a Capitães: um é nº 3, outro nº 13, outro nº 14. Promoveram 26 oficiais dessa turma a Capitão. Quantos passaram na frente? Por que passaram? Porque tiveram apadrinhamento, não porque tinham pontuação maior. Não tinham impedimento algum na ficha. As fichas estão aqui. É muito triste a sistemática de promoção, a chamada "furada de olho", enquanto aquele que ficou ali, labutando noite e dia para atender a população, é preterido. E o pior é que, na contagem da classificação, ele estava na frente.

Temos aqui casos de dois Majores que estão sendo promovidos a Tenente-Coronel, pasme, Deputado Doutor Ronaldo, e estão à disposição do ex-Presidente da República Itamar Franco há sete anos. Não tenho nada contra eles estarem à disposição, pelo contrário, mesmo porque o ex-Presidente tem prerrogativas para que fiquem à disposição, mas passar esses dois Majores à frente dos que estão na linha de frente, entendendo ser um crime contra o sistema de promoção da Polícia Militar.

Então, fazemos esse apelo não só em relação a esses dois casos. Há Capitães na Polícia Militar hoje que estão com 11, 12, 13 anos nessa patente e não foram promovidos a Major. Quando vamos aprofundar, é porque fulano tinha um padrinho, beltrano tinha outro padrinho, e eles ficaram a ver navios.

Quero fazer um apelo ao Cel. Renato Vieira de Souza. Conheço-o por ser meu contemporâneo à época ainda em que servíamos no Batalhão de Choque, especialmente nas Companhias Rotam. Sei que ele serviu nas ruas há muito tempo, desde quando Tenente até ao posto de Capitão. Faço esse apelo para que ele, realmente, nessa nova listagem que sairá entre hoje, amanhã ou no final desta semana, reveja esses pontos e contemple aqueles que estão realmente dando duro e fazendo a segurança da população de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos com mais de dois dias de deliberação, aqui na nossa Assembleia, arrastando alguns assuntos que, realmente, merecem o nosso comentário, assim como mereceram o comentário do Deputado Sargento Rodrigues. A questão dos Agentes Penitenciários está ainda sem resolver, com o compromisso de solução até o dia 23 de dezembro. Lamentavelmente, fugirá ao nosso acompanhamento. O Bloco PMDB-PT-PCdoB tem-se colocado em obstrução em razão desse assunto, mas não podemos indefinidamente permanecer com as reuniões abertas apenas para resolvê-lo. Assuntos outros existem, como o PLC nº 35, não citado aqui ainda, mas citado por mim em várias oportunidades, que diz respeito aos precatórios dos velhinhos. Lamentavelmente, ainda não temos solução também, embora saibamos da existência em caixa, em conta específica do Banco do Brasil, portanto fora da estrutura do caixa do Tesouro estadual, dos recursos necessários para esse pagamento, os quais dizem respeito a depósitos judiciais que, legalmente, podem ser movimentados para pagamento de precatórios.

Lamentamos também situações que temos visto. É preciso que no próximo ano nos dediquemos à melhora das condições salariais das nossas professoras, dos nossos professores, para dar mais dignidade a essa carreira. Ressaltamos o que disse o Deputado Sargento Rodrigues. Realmente, na área de infraestrutura, nos investimentos da melhoria de todas as estruturas, tanto educacionais quanto prisionais, Minas avançou muito, mas a questão salarial, seja a dos Defensores Públicos, seja a dos Procuradores do Estado, tudo isso deve ser motivo de preocupação nossa nas férias, para que venhamos acertando esses detalhes, esses assuntos, pelo menos na nossa cabeça, para debatermos com o governo já no início da próxima legislatura.

A nossa preocupação neste momento é de pelo menos deixar, por meio da TV Assembleia, a imagem de que este Parlamento se preocupa com as grandes questões, não apenas as de Minas, dos nossos Municípios, das nossas paróquias, mas também com as questões nacionais. Venho me dedicando, em parte, pelo menos no meu trabalho, à discussão desses temas maiores, à questão da não funcionalidade da nossa Constituição Federal, dos defeitos que ela não tem corrigido ao longo de tantos anos.

Desde 1989 até 2009 - quase 20 anos e meio -, estamos com cerca de 140 artigos sem regulamentação, o que prejudica não apenas a vida do cidadão, mas também o desempenho das estruturas estatais. Os vários Estados brasileiros e os Municípios têm sérios prejuízos em razão da não correção das anomalias criadas pela Constituição de 1988. A Constituição Cidadã foi um sonho, um momento importante, visto que, naquele momento, estávamos saindo de um processo ditatorial, e era preciso, realmente, enfatizar a questão dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos, dos direitos da criança e do adolescente. Porém é lamentável não termos, na nossa Constituição, os deveres relativos aos direitos configurados em cada texto constitucional.

Por outro lado, se a Constituição integrou o Município como membro da Federação, não lhe deu a estrutura para automanter-se, tendo em vista a divisão do bolo tributário nacional. Continuamos dentro da perspectiva de que 70% de tudo que se arrecada neste país vai para os cofres do governo federal; 24%, para os governos estaduais; e apenas 6%, para os Municípios, onde a vida acontece em toda a sua extensão, desde o nascimento até a morte, passando pelo trabalho e pela produção. Isso tem sido o tema do discurso de muitos políticos ao longo dos anos, no entanto não conseguimos mudar. É lamentável dizer que, de nossa parte, pouco pode ser feito, além da manifestação, pois isso depende muito do Congresso Nacional, cujas vagas e cargos, lamentavelmente, têm sido preenchidos por pessoas que ainda não se embriagaram do verdadeiro espírito cívico de dar a este país normas jurídicas mais serenas, tranquilas, diretas e menos detalhadas, deixando para a legislação pertinente, complementar, os detalhes do que se acertaria no dia a dia devido às mudanças que acontecem a cada instante, na velocidade em que se processam. É preciso, então, deixar que a Constituição trate dos grandes temas, das grandes normas, e que a regulamentação desses detalhes seja feita amíúde pelas Casas Legislativas deste país. Dos mesmos equívocos e erros em nível federal, está inebriada a própria Constituição mineira, que precisa sofrer transformações. O primeiro aleijão, o primeiro grande defeito das nossas Constituições, tanto a Federal quanto a Estadual, é a falta de condição ao parlamentar de poder definir assuntos um pouco mais importantes. É preciso relativizar, pelo menos, a questão de o Deputado poder, de fato, apresentar projetos que gerem despesa, desde que justificada do ponto de vista da estatística dos números que se apresentam nos orçamentos anuais e nos planos plurianuais de cada ente federado, seja Município, seja Estado, seja União.

Isso me preocupa muito, pois nossa democracia é jovem e tenra, saída de uma ditadura recente. A juventude atual não tem sequer a noção de que ontem, antes de eles nascerem ou quando ainda tinham 3 ou 4 anos, vivíamos sob a ditadura. Não há uma percepção clara da história

deste país e não se buscou, dentro dessa percepção, transferir a essa geração - depois de acabarem com as aulas de educação cívica e OSPB e tirarem da escola o ensinamento de como o País funciona - quais são suas leis e um pouco de sua política. Tirou-se da juventude a percepção de em que país vivemos. É muito fácil e tranquilo vivermos com os nossos celulares, conversando. Estamos na era do celular, do "blog", do "twitter", do computador, da internet. A cada dia, estamos alienando-nos mais, especialmente a nossa juventude, que está sem entender como o País funciona e o que cada cidadão que é nomeado por meio do voto deve fazer para ocupar este ou aquele posto em nível estadual, federal ou municipal.

Sr. Presidente, a nossa preocupação neste fim de ano é que, ao encerrar os trabalhos legislativos, precisamos mostrar - e é preciso que a Assembleia, por meio de sua diretoria, promova isso - o grande trabalho realizado pelo Legislativo mineiro, ousando em muitos pontos, fazendo alterações profundas na legislação do Estado procurando ajustá-la, mas reconhecendo também que deixamos de fazer uma série enorme de mudanças que poderiam ser feitas este ano e que temos de nos comprometer a fazer no próximo ano.

O Brasil está vivendo um momento especial, um momento em que o Chefe de Governo detém um potencial fantástico de aprovação junto à opinião pública - em torno de 80% -, o que lhe dá o direito de usar expressões às vezes até inoportunas, mas que são expressões usadas na própria linguagem popular. Temos essa característica de uma sucessão em que se tenta a transferência de voto por meio do gigantismo que se criou dessa imagem bastante hitleriana de colocar o Presidente como um semideus.

Na verdade, Sr. Presidente, neste próximo ano, políticos que somos, temos de avaliar todas essas coisas que estou relatando e tentar fazer com que nosso povo compreenda a necessidade de raciocinar e medir cada gesto, cada passo na direção da eleição dos seus representantes. Minas Gerais tem dado exemplo para o Brasil de qualidade de legislação, de qualidade de atuação do seu governo. No entanto, estamos limitados, parametrizados por aquilo que a Constituição Federal nos limita. E, sem pensarmos um pouquinho mais alto, sem tentarmos influir no processo nacional, não haveremos de conquistar o que o Estado necessita. Digo isso em razão da situação de miserabilidade em que se encontram os Municípios mineiros, e também brasileiros, acondicionados, dentro do sistema federativo, como antes da Federação, mas o ente miserável, o pedidor de esmola, aquele que necessita a todo instante pedir um favor do governo do Estado ou do governo federal, buscar estruturar-se - e vimos até de bom grado a medida tomada pelo Congresso recentemente de amenizar um pouquinho a Lei de Responsabilidade Fiscal devido à crise financeira que se abateu sobre os Municípios.

Sobretudo, é preciso refletir: devemos efetivamente manter essa estrutura de distribuição de receita do governo federal em relação a Estados e Municípios? Deve o Estado permanecer repartindo apenas 25% daquilo que se arrecada de ICMS para os Municípios? Devemos continuar mantendo essa relação de dependência do Município com o Estado, do Município com a Federação? Devemos manter o Estado também pedinte, esmolar, à busca de recursos federais para realizar suas obras? Será que pensamos bem sobre isso? Será que os nossos professores introduziram nas aulas de História - já que não há mais OSPB - algumas noções de democracia, de funcionamento da estrutura de governo, para que as pessoas comecem a raciocinar, discutir e olhar de fato quais são os erros que estamos cometendo?

Tenho absoluta convicção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que tenho tentado, na orientação dos meus discursos, das minhas falas, colocar alguma forma de provocação para que pensemos um pouquinho sobre o nosso país, sobre o nosso Brasil, sobre o futuro das atuais gerações. Os homens e as crianças de hoje precisam encontrar, no governo e nos representantes do povo, pessoas que possam acicatá-los para que eles busquem efetivamente informar-se, e não desinformar-se, como parte da mídia faz neste país. Informar-se mais positivamente sobre a atuação dos órgãos de representação, seja a Câmara de Vereadores, seja a Assembleia Legislativa, seja a Câmara Federal, seja o Senado da República. E nós que estamos aqui na Assembleia de Minas, que já estivemos no Congresso Nacional, sabemos muito bem a importância que há em discutir, rediscutir e colocar prioridade na discussão da efetiva ação do chamado voto distrital.

Tenho me batido por isso, assim como pelo tema que abordou aqui o Deputado Vanderlei Jangrossi, quando fala que a reforma agrária é necessária, mas que o MST está pegando dinheiro das ONGs para invadir terras produtivas. Tudo isso seria resolvido se houvesse uma busca da municipalização das ações e a transferência dos recursos competentes para essa municipalização. Já dei aqui vários exemplos. Como Presidente da Amuc da minha região, consegui em apenas um ano fazer seis assentamentos rurais tranquilos, sem brigas, sem guerras. A reforma agrária precisa ser municipalizada para que deixe de ser um cancro, um problema ou instrumento de pressão política de grupos como o MST.

Da mesma forma, é preciso reduzir a dependência do Município do Estado, do Município do governo federal, porque esse fechamento de poderes, até mesmo na questão da legislação, coíbe-nos de atuar mais fortemente na defesa dos interesses do nosso povo. O que peço, Sr. Presidente, é que reflitamos sobre esses assuntos para que, no futuro, essa geração de políticos não seja culpada de não ter advertido, de não ter levantado a questão, de não ter falado sobre esse assunto, de não ter acicatado a juventude para que nos ajude a forjar um tempo novo, diferenciado, uma representação um pouco mais séria, um pouco mais objetiva. É preciso que se pense no Brasil que será feito agora para aqueles que virão depois de nós. Essa é a nossa preocupação: a preocupação com o futuro, porque a nossa presença, o nosso dia a dia já está todo alfomado, acertado, consentado, mas a juventude está precisando de um norte, de um horizonte. E não enxergo esse horizonte se nós, atuais legisladores, atuais membros do Poder Legislativo, não oferecermos a eles a oportunidade de abrir uma nova forma de ver as coisas. Por isso, não podemos nos acomodar nem ficar sossegados em nossa posição. Devemos estar preocupados sim, porque o trabalho que fazemos hoje é para aqueles que virão depois de nós. E essa é a nossa preocupação. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Assembleia, imprensa presente, amigos que nos acompanham das galerias - aqui também manifesto minha solidariedade às lutas de vocês - e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, que hoje abrange centenas de Municípios do nosso Estado de Minas Gerais, boa tarde.

Sr. Presidente, inicio minhas palavras nesta tarde comunicando àqueles que ainda não tiveram a notícia sobre o falecimento do nosso querido D. Arnaldo Ribeiro, mineiro de Belo Horizonte, uma das pessoas mais conhecidas, respeitadas e queridas, não só do meio eclesialístico, mas de toda a sociedade de Minas Gerais pelo bem que realizou em sua vida. Ele morre antes de completar seus 80 anos. Nasceu em 1930; em 1954, foi ordenado sacerdote; e, em 1965, sagrado Bispo. Seu corpo está sendo velado justamente na Paróquia Nossa Senhora das Dores, em Belo Horizonte, onde aconteceu a ordenação episcopal do Arnaldo, conhecido por todos nós, uma grande referência, um dos Bispos que mais incentivou novas vocações, conhecido também pela sua seriedade, seu entusiasmo e seu compromisso, percorrendo todo o Brasil, sendo Arcebispo emérito de Ribeirão Preto. Estava no Hospital Madre Tereza, onde faleceu no dia de ontem.

D. Arnaldo teve papel fundamental no trabalho da Arquidiocese de Belo Horizonte; foi Vigário-Geral da Arquidiocese de Belo Horizonte, durante longo período. Sr. Presidente, foi D. Arnaldo quem coordenou todo o trabalho da Comissão que preparou a vinda do Papa João Paulo II, em 1980, ao Brasil. Naquela ocasião, o Papa esteve em Belo Horizonte, quando fez aquele discurso tão famoso na Praça do Papa. D. Arnaldo, nos momentos principais da trajetória da nossa igreja aqui, em Minas Gerais, em São Paulo, em Ribeirão Preto, mas também em todo o território nacional, pela sua atuação junto à CNBB, foi das figuras mais importantes, que deixará não só saudades, mas também inúmeras recordações e lembranças. Todas positivas, de grande expressão. Fica aqui nossa homenagem a D. Arnaldo, que viveu sua vida intensamente a serviço dos outros e hoje, com certeza, poderá colher estes frutos em lugar onde não há mais choro, lágrimas e dor.

Sr. Presidente, por falar do Arnaldo, ao final deste ano de 2009, temos feito reflexão sobre o que nos foi proposto logo no início do ano, com o lançamento da Campanha da Fraternidade, concomitantemente com a entrada da Quaresma, que propunha a toda a sociedade reflexão muito importante. A Campanha da Fraternidade de 2009 trouxe um tema que diz respeito a todos, sobretudo nós, que somos representantes do povo, parlamentares eleitos pelo povo. O tema da Campanha da Fraternidade de 2009 era "Fraternidade e segurança pública"; o lema era "A paz é fruto da Justiça". Apesar de, para muitas pessoas, passar a impressão de que a Campanha da Fraternidade termina todo o seu trabalho,



os seus estudos, o texto-base proposto anualmente pela CNBB, que tinha como membro efetivo D. Arnaldo, com a Quaresma, isso não é verdade. Durante todo o ano, em toda a sociedade - é contribuição que a CNBB traz a toda a sociedade e ao poder público principalmente -, são realizados inúmeros encontros, reuniões e simpósios, enfim, reflexões sobre o tema proposto pela Campanha da Fraternidade. Durante todo este ano de 2009, estivemos acompanhando aqui, e mesmo em Brasília, onde é a sede da CNBB, essas reflexões sobre a segurança pública, ou seja, fraternidade e segurança pública. Uma das vertentes desse estudo e dessa reflexão é justamente o sistema prisional no que diz respeito à avaliação da recuperação dos que estão privados de liberdade, do caminho trilhado por aqueles que, por cometerem delitos, acabam sendo encarcerados ou privados de liberdade e têm seu futuro incerto ou até mesmo certa falta de esperança. Portanto, a CNBB nos propôs que refletíssemos, entre tantos temas que dizem respeito à segurança pública, sobre o sistema prisional brasileiro e as demais formas de recuperação e de reinserção daqueles que estão privados de liberdade ao seio da sociedade e à sua família.

Nós participamos diretamente não só da Campanha da Fraternidade junto à CNBB, mas também de uma realidade que, hoje, Minas acaba olhando com um cuidado todo especial: a realidade das drogas. Ainda acompanhamos diariamente a problemática das comunidades terapêuticas, das fazendas de recuperação ou das clínicas de reabilitação e recuperação de dependentes químicos, usuáries de álcool e outras drogas. São quase 300 entidades em Minas Gerais que hoje buscam se equipar e se adequar à Anvisa para receber pessoas que desejam sair do vício das drogas e atender às necessidades delas.

Confrontando a proposta da Campanha da Fraternidade, que aborda o sistema prisional, com a realidade dessas comunidades terapêuticas, percebemos uma grande fonte de esperança. Hoje, no final do ano, com a votação do Orçamento, avaliando e analisando tudo o que foi abordado, temos de reconhecer que as pessoas precisam de recuperação para novamente serem inseridas na sociedade, assim como a sua família. É preciso dar a eles a possibilidade de voltar ao mercado de trabalho, a possibilidade de um emprego. Essa é a solução para a realidade da nossa sociedade como um todo.

As comunidades terapêuticas têm tido ajuda e apoio muito grandes de nosso Governador, Aécio Neves, e de nosso Vice-Governador, Antonio Anastasia, tanto é que tiveram um crescimento considerável, na qualidade e na quantidade, sobretudo na capacidade de atender com qualidade às famílias que muitas vezes chegaram até lá por meio de nós, parlamentares. Por exigência da Anvisa, muitas delas tiveram fechamento quase que iminente, mas, graças a Deus, a maioria delas "correram atrás do prejuízo" e, graças a nossas emendas parlamentares, puderam equipar-se ou se adequar, para terem condições de continuar trabalhando e realizando a sua função de recuperar e reintegrar esses jovens, essas pessoas que cometeram delitos, usuáries de drogas e de álcool.

O tema da Campanha da Fraternidade de 2009 foi um dos mais importantes dos últimos anos. Toda a sociedade deve fazer essa reflexão até o dia 31 de dezembro, já que, no início do ano, passado o carnaval, no início da Quaresma, a CNBB nos propôs novo tema mostrando que precisamos estar voltados ao bem comum em todo trabalho que é desenvolvido nas empresas, na economia, de modo geral, pelo bem da sociedade. Ainda é tempo de refletirmos sobre a situação dos que estão privados da liberdade.

No ano de 2007, apresentei nesta Casa, logo no início dos trabalhos da 16ª Legislatura, o Projeto de Lei nº 1.957/2007, que tratava justamente da assistência às gestantes privadas de liberdade, muitas delas como consequência de drogas. Neste ano, tivemos a alegria de esse nosso projeto vir ao Plenário, em 1º turno, ser aprovado e voltar ao Plenário em 2º turno, para ser aprovado e sancionado pelo Governador Aécio Neves. Converteu-se na Lei nº 18.029, a lei que trata justamente da assistência às gestantes privadas de liberdade.

A sensibilidade do Governador Aécio Neves e do governo de Minas Gerais também proporcionou que, enquanto acompanhávamos a tramitação do projeto, analisávamos e debatíamos, por meio de reuniões e audiências públicas, a importância da elaboração desse projeto, fosse criado e inaugurado o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade em Vespasiano, na MG-10. Esse centro hoje acomoda 50 gestantes, lactantes ou mães de crianças de até 2 anos de idade, que, por algum motivo, foram privadas da liberdade. Finalizando, neste ano, terceiro ano da nossa legislatura, quero parabenizar o Governador Aécio Neves pela sensibilidade de também, por meio de uma análise de nosso projeto de lei, ter criado esse centro de referência, que hoje, com certeza - todos os meios de comunicação já noticiaram -, como diz o nome, é uma grande referência para o Brasil, como tantas políticas públicas em Minas Gerais.

No próximo dia 23, Sr. Presidente, estaremos com a comunidade Mundo Novo e com a Canção Nova no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, fazendo o Natal das presas. Lá é realmente o lugar mais adequado para aquelas mulheres que estão grávidas, amamentando ou com filhos de até 2 anos ficarem, a fim de darem melhores condições a seus nenéns e um futuro diferente para sua vida. Ali também é um lugar favorável para que as mães reflitam sobre o seu passado e tenham maior possibilidade de ser reintegradas na sociedade. Deixo aqui essa minha reflexão, a partir do que nos propôs, neste ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, com o tema "Fraternidade e Segurança Pública", da Campanha da Fraternidade. É um tema que todos deveríamos ter discutido, estudado, refletido com muito carinho e cuidado, porque trata não só da situação de pessoas que estão em vulnerabilidade social, de pessoas que estão privadas de liberdade, mas também da realidade do futuro de toda a sociedade, porque, quando os condenados cumprem a pena, eles voltam, de alguma maneira, para a sociedade. Se eles não estão recuperados, regenerados, é um mal maior ainda para a convivência de toda a comunidade. Portanto o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade é muito especial.

Continuamos a nossa luta pelas causas em defesa da vida, sob a orientação da CNBB, que sempre nos propõe algo que engrandecerá e ajudará a Nação. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, todos os que nos acompanham aqui na Casa do povo mineiro ou que nos assistem pela TV Assembleia, boa-tarde. Inicialmente, quero congratular-me com o Deputado Eros Biondini, colega de Parlamento e de profissão, colega e irmão de fé. Manifesto não só o meu aplauso, mas também a minha total identidade e afinidade com esses propósitos. Sabemos da importância de nós, católicos, que temos a responsabilidade de representar o povo mineiro, sermos capazes não só de nos mantermos, mas também agir em sintonia com princípios fundamentais da nossa fé e com o dom da vida - maior de todos eles -, tendo o compromisso de defender a vida. Esteja certo, Deputado Eros Biondini, de nosso apoio a essa causa.

Quero, Sr. Presidente, aproveitando o pouco tempo que ainda temos para debate nesta tarde, manifestar não só o nosso reconhecimento, o nosso respeito, mas também o nosso entendimento de que é, sim, fundamental a valorização da Defensoria Pública, instrumento fundamental no Estado de Direito para que a Justiça seja acessível a todos.

Desde que cheguei a esta Casa, há sete anos - já estou em meu segundo mandato -, tive a clareza de defender, apoiar e lutar pelo fortalecimento da Defensoria Pública. É sempre bom lembrar isso; é um gesto de reconhecimento não só ao Governador Aécio e aos colegas que votaram conosco vários avanços, mas também principalmente aos Defensores que, por meio de suas entidades de classe, especialmente a Associação dos Defensores do Estado de Minas Gerais e a Defensoria-Geral do Estado, que trabalham buscando sintonia. Esses, sim, são os grandes guerreiros na luta pelo fortalecimento da Defensoria, ideia com a qual comungamos e à qual procuramos dar apoio neste Parlamento. Assim, o orçamento da Defensoria, que ainda está muito longe do necessário, cresceu de maneira bastante significativa nesse período, passando a ser cerca de cinco vezes maior. A mesma situação ocorre em relação à carreira, que não tinha sequer o marco histórico da estruturação independente da Defensoria Pública, que passamos a ter.

Mas não é admissível que ainda tenhamos este abismo, esta disparidade tão grande entre os profissionais operadores do direito, de modo especial entre aqueles que defendem o cidadão que não pode pagar pela assistência jurídica e aqueles que acusam. O Ministério Público e a Defensoria Pública trazem consigo missões igualmente nobres e que requerem o mesmo nível de preparo, formação, atualização e investimento na carreira - embora, em algum momento, se possa dizer que uma seja menor ou maior para este ou para aquele. Mas as realidades que vivem são extremamente distintas. De qualquer forma, não vamos nos ater a isso, até porque todos sabem o quanto sou também defensor do Ministério Público, a fim de valorizá-lo. Não tenho dúvida de que não podemos falar em Estado de Direito e em democracia sem termos um Ministério Público forte. Com isso não quero falar de um Ministério Público autoritário. Longe disso; aliás, já fiz debates calorosos aqui, procurando chamar à reflexão, à luz do ambiente democrático, aqueles que querem colocar-se acima do bem e do mal. Quando me refiro a um Ministério Público forte, estou querendo que tenha sua independência, sua autonomia e sua estrutura operacional.

Portanto, vamos parar com essa desnecessária comparação, porque são instituições igualmente valiosas e imprescindíveis para a vida democrática; no caso da Defensoria, de modo muito claro e direto, para que haja justiça para todos. Por mais de uma vez fiz uma comparação que, à época, pelo que me lembro, os representantes da Defensoria Pública acharam muito apropriada, embora hoje já seja um pouco rotineira: referia-me à Defensoria Pública dizendo que ela é o SUS da Justiça. Alguns, que fazem uma leitura rápida das dificuldades do SUS, têm uma postura crítica em relação a ele. Mas não me canso de dizer o contrário. Aliás, fiquei feliz em ouvir hoje o Deputado Adelmo, do PT, dizer mais ou menos o seguinte: ele entende que a criação do SUS foi uma das maiores contribuições da história recente da nossa democracia, para o Brasil e para o mundo; é um exemplo para a humanidade. Embora ainda tenhamos muitas limitações na capacidade de atendimento ao povo, é algo concebido sob o princípio do tratamento igualitário e do controle social, com a comunidade acompanhando a aplicação dos recursos por meio dos conselhos municipais e da articulação entre Município, Estado e União. E a Defensoria Pública deve cumprir este papel de ser um instrumento a favor da vida, até porque não se pode conceber a vida sem liberdade e sem que estejam assegurados os direitos da pessoa.

A vida não é a simples presença de células que se multiplicam ou se manifestam de maneira a fazer com que percebamos que ali há vida orgânica ou física. É inconcebível para nós, seres humanos, para os cidadãos, especialmente, conceber a vida sem justiça, sem liberdade ou direitos respeitados. Como se pode pensar em uma sociedade organizada se um cidadão, que já é excluído materialmente da satisfação da maioria das necessidades para se ter uma vida digna; que não tem direito sequer ao trabalho, por meio do qual possa ter moradia, acesso aos bens essenciais de consumo, inclusive ao alimento, diante da mão da Justiça, não tem como se defender, não tem como fazer valer o seu direito de defesa?

A Defensoria Pública, portanto, é muito mais do que uma retórica ou uma criação do Estado para aliviar a consciência dos governantes. A Defensoria Pública deve ser a garantia da vida com justiça. Por isso eu a comparo com o SUS da Justiça: é aquele lugar em que o cidadão pobre ou remediado, que não pode pagar pela assistência jurídica particular, procura um socorro jurídico para fazer valer um direito seu ou livrar-se de uma condenação que considera injusta. É essencial, e ainda temos muito que caminhar.

Não poderia deixar de trazer minha palavra de solidariedade, respeito e valorização. Mas essa palavra também traz, como sempre trouxe - não é uma incoerência -, o tom da busca do diálogo e do entendimento. Às vezes, pode vir a sensação de que não há mais o que buscar pelo entendimento. Isso é a desistência da vida, da crença, da confiança, da esperança. Isso não passa pela minha cabeça nunca, não é do meu espírito. Sempre carrego comigo a esperança, a confiança, a fé na vida e a luta por dias melhores. E ela deve ser conquistada pelo entendimento, pelo diálogo, pelo debate à exaustão.

Portanto, quero deixar não só a minha solidariedade, mas minha disposição de buscar a construção do entendimento entre os nossos Defensores Públicos e o governo do Estado. E há indicativos que nos favorecem muito nessa linha da esperança e da busca do diálogo. Como disse no início da minha fala, ao longo da história da Defensoria Pública em Minas Gerais, o governo que melhor a atendeu foi o governo Aécio Neves. Os próprios Defensores concordam com isso. Não que essa retórica, essa assertiva nos dê conta de que está tudo bem. Não é isso que estou dizendo. Estou falando de um governo que multiplicou por cinco o orçamento; portanto, houve um crescimento de 400% em um período em que a inflação não deve ter alcançado, de forma cumulativa, 20%. Então, tivemos um crescimento real do orçamento como nunca se viu na história de Minas. Tivemos concurso e temos autorização de novo concurso para que a Defensoria possa ampliar seus quadros, e é preciso fazê-lo. Tivemos a regulamentação e um marco legal para a carreira e para a existência da Defensoria. Houve avanços, e isso é um estímulo à nossa luta pelo entendimento. É claro que isso não invalida a necessidade de alertar, e estamos vendo os Defensores em processo de paralisação, mas esta não pode ser seguida de radicalização por parte de nenhum dos lados. A busca do entendimento deve prevalecer, até porque não podemos prescindir do serviço dos nossos Defensores nas diversas comarcas.

Audiências estão deixando de ser realizadas, e cidadãos, deixando de ser assistidos. Ainda hoje, são realizadas de forma muito precária, pela ausência de número suficiente e de motivação, pelas questões salariais e pela disparidade enorme entre os que têm de se enfrentar no debate, para que a justiça seja exercida plenamente - Defensores, acusadores, magistrados. Nós, representantes do povo, não podemos ignorar o problema. Isso não é do meu feitio. Todos sabem que tenho relação de lealdade com o nosso Governador Aécio Neves e com o Vice-Governador Anastasia. Como disse e reitero, sou testemunha de que o governo Aécio Neves tem apreço e respeito pela Defensoria Pública, demonstrando-o com atitudes práticas. Mas, em razão de ser leal, não posso ser omissivo com relação a tema que me preocupa. É preciso avançar mais. Espero que 2010 seja marcado por mais avanço para essa área, fundamental no Estado de Direito. Ele tem de ser marcado por mais crescimento no orçamento da Defensoria, por concurso público que leve mais Defensores às comarcas de Minas Gerais e pela busca de maior valorização dos profissionais. Obviamente, devemos construir esse avanço por meio do diálogo e do entendimento. É esse o nosso posicionamento, Sr. Presidente, e lhe agradeço a tolerância por ter excedido meu tempo por alguns minutos.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 21/12/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

nomeando Claudete de Vasconcelos Henrique para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

nomeando Rafael Vitor Diniz do Carmo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, 5.295, de 15/12/06, e 5.328, de 21/12/09,

c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01 e 2.401, de 16/7/07, assinou o seguinte ato:

designando Cristiane Costa Pereira para a Função Gratificada de Gerente-Geral-FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2009

Objeto: fornecimento, treinamento e implantação assistida do sistema de rede sem fio ("wireless"), conforme especificações técnicas mínimas constantes do Anexo IV. Pregoeiro vencedor: Actar Connectivity Engenharia de Telecomunicações Ltda.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2009.

José Henrique Ribeiro Campos, pregoeiro.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 11/1/2010, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de tonalizador para impressora Lexmark.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH - MG, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### ERRATA

Resolução nº 5.329, de 22 de dezembro de 2009

Na publicação da resolução em epígrafe, verificada na edição de 22/12/2009, na pág. 44, col. 4, abaixo do título "ANEXO", onde se lê:

"(a que se refere o art. 1º da Resolução nº, de de de 2009)", leia-se:

"(a que se refere o art. 1º da Resolução nº 5.329, de 22 de dezembro de 2009)".